



# RELATÓRIO de GESTÃO

EJEF - ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

BIÊNIO - 2024/2026 ◆◆◆

**ejef**  
Escola Judicial  
Desembargador Edésio Fernandes

**TJMG**  
Tribunal de Justiça do  
Estado de Minas Gerais



Título: Edifícios do TJMG. Gravura digital. 2024.

**Marcelo Albuquerque Corrêa**

Marcelo Albuquerque é pintor, desenhista, professor e escritor, com atuação em História da Arte, Artes Plásticas, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação, Design e Educação. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), ocupando a cadeira nº 54. Mestre em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da UFMG (2013), é também especialista em História da Arte pela PUC Minas (2008) e em Ensino e Aprendizagem na Educação Superior pelo Instituto Ânima São Judas Tadeu – SP (2020), além de bacharel em Belas Artes pela UFMG (2003). Ao longo de sua trajetória, realizou mais de 40 exposições artísticas e publicou quatro livros. Mais informações podem ser encontradas em seus : [estudioalbuquerque.com.br](http://estudioalbuquerque.com.br) e [artealbuquerque.com.br](http://artealbuquerque.com.br).

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ/TJMG

Biênio 2024/2026

Gestão: transformação institucional, inovação e internacionalização

Uma gestão orientada pela inovação, excelência acadêmica e fortalecimento institucional

Belo Horizonte

Junho/2026

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Gabinete da Segunda Vice-Presidência  
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF  
Avenida Afonso Pena, 4001, 12º andar, Serra  
Belo Horizonte/MG - CEP 30130-008  
Endereço eletrônico: [www.ejef.tjmg.jus.br](http://www.ejef.tjmg.jus.br)  
*E-mail:* [gavip2@tjmg.jus.br](mailto:gavip2@tjmg.jus.br)

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

*Presidente*

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos

*Primeiro Vice-Presidente*

Desembargador Saulo Versiani Penna

*Segundo Vice-Presidente*

Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima

*Terceiro Vice-Presidente*

Desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho

*Corregedor-Geral de Justiça*

Desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça

*Vice-Corregedora-Geral de Justiça*

**Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes**

Comitê Técnico

Desembargador Saulo Versiani Penna

Desembargador Maurício Pinto Ferreira

Desembargadora Juliana Campos Horta de Andrade

Desembargadora Âmalin Aziz Sant'Ana

Desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza

Juiz de Direito Thiago Grazziane Gandra

Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas: Iácones Batista Vargas

Diretor Executivo de Gestão da Informação Documental: Thiago Israel Simões Doro Pereira

Produção Editorial

Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED

“Tudo vale a pena se a alma não é pequena” (Fernando Pessoa, poema “Mar Português”, publicado na obra *Mensagem*, 1934).

**Transformar a Escola Judicial é transformar a própria capacidade do Judiciário de servir à sociedade.**

# Sumário

Apresentação .....	13
Introdução.....	17
1 Transformação institucional.....	19
2 Inovação.....	23
2.1 Reestruturação da atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA com melhoria do fluxo de trabalho.....	23
2.2 Núcleos Regionais da EJEf.....	23
2.2.1 Fomento dos Núcleos Regionais com reunião institucional geral da Superintendência com os Juizes de Direito Coordenadores, além de ações educativas específicas em cada um deles .....	24
2.2.3 Promoção de padronização institucional, consolidação da interiorização e a sustentabilidade das atividades formativas.....	24
2.3 Ampliação do diálogo e cooperação.....	24
2.3.1 CNJ e Enfam.....	24
2.3.2 Redes nacionais e internacionais de cooperação acadêmica e institucional.....	24
2.4 Modernização tecnológica da comunicação institucional e melhoria do acesso do corpo discente e docente.....	25
2.4.1 Congresso “Tecnologia, inteligência artificial e inovação no Poder Judiciário”.....	25
2.4.2 Aplicativo “Minha EJEf” e aperfeiçoamento do Siga – Sistema de Gestão Acadêmica da EJEf.....	25
2.4.3 Melhoria dos canais de comunicação.....	26
2.5 Inteligência Artificial aplicada ao Judiciário.....	27
2.5.1 Projeto IAvaliação.....	27
2.5.2 Mapeamento de demandas predatórias e de massa.....	28
2.5.3 Inteligência Artificial no Diário do Judiciário Eletrônico – DJe.....	28
2.6 Programa de Pós-Graduação.....	28
2.6.1 Programa de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> .....	29
2.6.2 Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .....	29

3 Internacionalização .....	31
4 Formação e aperfeiçoamento profissional.....	35
5 Celebração de acordos no âmbito da DIRGED.....	37
6 Produção intelectual-científica.....	39
6.1 Obras publicadas pela EJEJ.....	39
6.2 Revista EJEJ.....	40
6.3 Concursos de Artigos.....	40
6.3.1 I Concurso de Artigos Jurídicos.....	40
6.3.2 II Concurso de Artigos Jurídicos.....	40
7 Gestão documental e patrimônio institucional.....	43
7.1 Digitalização do acervo impresso do Diário Oficial de Minas Gerais.....	43
7.2 Novo sistema de busca de jurisprudência do TJMG.....	44
8 Premiações e honraria.....	47
Considerações finais.....	49
Agradecimentos.....	51
Anexo I - Ações educacionais de repercussão ofertadas pela EJEJ e eventos durante o biênio 2024-2026.....	53
Anexo II - Fotos.....	61
Anexo III - Programa de Gestão do Desembargador Saulo Versiani Penna.....	107
Anexo IV - Mensagem do Superintendente Adjunto: a transformação da EJEJ por meio de uma visão vivida e construída.....	123
Anexo V - Mensagem do Juiz Auxiliar: gratidão e responsabilidade.....	127
Anexo VI - Organograma da EJEJ.....	129
Anexo VII - Atos Normativos da EJEJ.....	131

# Apresentação

## Apresentação

Na qualidade de Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ/TJMG, biênio 2024/2026, tenho a honra e satisfação de apresentar este Relatório de Gestão, não como simples registro das atividades administrativas, acadêmicas e institucionais desenvolvidas ao longo do período, mas, sobretudo, como demonstração concreta do compromisso assumido com o fortalecimento da instituição, com a excelência da formação judicial e com a observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Trata-se, ademais, da materialização de um projeto de gestão construído a partir de ideias, propósitos e compromissos apresentados à comunidade institucional do TJMG quando da candidatura à Superintendência desta tradicional Escola Judicial, cujos resultados revelam, além do cumprimento dos objetivos inicialmente propostos, sua efetiva superação em diversos aspectos.

Entre os avanços alcançados, a regulamentação e implementação de nova estrutura organizacional, concebida para adequar a EJEJ ao modelo contemporâneo de Escola de Governo, ao fortalecer sua identidade institucional, racionaliza processos internos e amplia sua capacidade de planejamento, execução e desenvolvimento estratégico. O novo modelo normativo representou importante passo para consolidar organização mais moderna, eficiente e consentânea às demandas atuais do Poder Judiciário.

Igualmente relevante foi o aprimoramento das relações institucionais por meio da aproximação e estabelecimento de parcerias com educandários e centros acadêmicos de reconhecida excelência nacional e internacional. A ampliação dessas conexões permitiu o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de conhecimento especializado e o desenvolvimento de ações voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da formação de magistrados e servidores, para reafirmar o compromisso da EJEJ com a produção científica, a inovação e a internacionalização.

No âmbito da comunicação institucional e da ampliação do acesso aos serviços educacionais, foram implementadas medidas significativas de modernização tecnológica, com realce para o aperfeiçoamento do sistema Siga no portal da EJEJ, a melhoria dos canais de comunicação institucional e o lançamento do aplicativo da Escola Judicial – “Minha EJEJ”. O sistema promoveu maior acessibilidade, facilitou a interação com o público interno e externo e democratizou o acesso às atividades e serviços disponibilizados pela instituição.

A gestão também foi marcada pela intensa promoção de seminários, congressos e colóquios voltados ao debate de temas relevantes para o sistema de justiça contemporâneo. Merece especial relevo o Seminário de Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial, que proporcionou ampla reflexão acerca dos novos instrumentos tecnológicos e de sua crescente influência sobre a atividade jurisdicional

e o trabalho judicial. O evento permitiu aprofundar a compreensão sobre os desafios e oportunidades decorrentes das transformações digitais e evidenciou a necessidade da criação de ações educativas específicas voltadas à formação de magistrados e servidores nesse novo contexto tecnológico.

Em necessário complemento às ações educacionais desenvolvidas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e do Plano de Desenvolvimento Anual – PDA, registraram-se avanços significativos considerados estratégicos para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Entre elas se evidenciam as ações dirigidas ao sistema Eproc, fundamentais para a consolidação e aprimoramento das atividades processuais eletrônicas; os projetos desenvolvidos em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, voltados à análise econômica das decisões judiciais; as iniciativas relacionadas à cultura e às artes em cooperação com a Escola Superior da Magistratura Desembargadora Jane Silva – Emajs, da Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis; a inclusão de atividades de educação avançada no âmbito do Curso de Formação Inicial – CFI, somadas às palestras no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; bem como o aperfeiçoamento do Programa Vitaliciar, que foi acrescido de oficinas específicas voltadas às atividades desenvolvidas nos gabinetes dos magistrados.

Também se distinguiram ações inovadoras relacionadas à utilização da inteligência artificial aplicada à atividade jurisdicional, especialmente no desenvolvimento de instrumentos destinados à identificação de demandas de massa e demandas predatórias, demonstrando o potencial da tecnologia como ferramenta de apoio à eficiência, à racionalização do trabalho e à melhoria da prestação jurisdicional.

No campo da formação acadêmica, houve significativa expansão das atividades de pós-graduação, com a criação de cinco cursos permanentes *lato sensu* nas áreas de Gestão Pública, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Público, o que garante a política institucional voltada à formação continuada e ao aperfeiçoamento técnico-científico permanente. Além disso, a implementação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Ouro Preto e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, para oferta de mestrado e doutorado, representou relevante salto epistemológico e institucional para a EJEJ, ampliando significativamente sua capacidade de produção e difusão do conhecimento.

O período também foi marcado por uma atenção especial à gestão documental, à preservação do acervo histórico e bibliográfico e à memória institucional, iniciativas essenciais para assegurar a conservação do patrimônio intelectual e histórico da Escola Judicial.

No âmbito da produção científica, merece notabilidade a evolução da *Revista EJEJ*, que alcançou qualificação pela Capes/MEC após importantes ajustes estruturais e editoriais, além da recomposição de seu conselho editorial, com a participação de professores de reconhecido prestígio nacional e internacional, que eleva significativamente sua relevância acadêmica.

A EJEF também promoveu concursos de artigos, recebeu premiações inéditas, ampliou ações de inclusão e cooperação institucional com outras escolas judiciais, com os diversos órgãos do Tribunal e com instituições pertencentes a outras funções do Estado. Da mesma forma, lançou obras comemorativas e publicações de interesse nacional e internacional, além de ampliar significativamente o acesso à informação doutrinária e jurisprudencial.

No plano internacional, a Escola Judicial reafirmou seu compromisso normativo de internacionalização por meio de sua presença em importantes eventos, seminários, reuniões e atividades acadêmicas realizadas em instituições de reconhecida relevância mundial, como a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional, a Academia de Direito Internacional da Haia, a *Sapienza Università di Roma*, a Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos Judiciários de Lisboa e a Universidade de Lisboa. Essas ações contribuíram para ampliar a inserção internacional da Escola e fortalecer sua atuação acadêmica e institucional.

Este relatório, portanto, não constitui apenas uma síntese das realizações alcançadas ao longo da gestão. Ele representa a demonstração objetiva de responsabilidade institucional, do compromisso permanente com a excelência, da busca pela inovação e do propósito de fortalecimento da EJEF como centro de formação, produção do conhecimento e desenvolvimento do Poder Judiciário, a revelar, acima de tudo, a concretização e a superação dos objetivos inicialmente propostos para esta gestão.

Belo Horizonte, junho de 2026.

**Desembargador Saulo Versiani Penna**

Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF

Biênio 2024-2026

# Introdução

## Introdução

Este relatório se apresenta como demonstrativo das principais ações desenvolvidas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ no biênio 2024/2026, período marcado por relevantes transformações institucionais, acadêmicas, tecnológicas e administrativas. As medidas implementadas ao longo da gestão refletiram o propósito de consolidar a EJEJ como verdadeira Escola de Governo, apta a atuar na formação continuada de magistrados e servidores, como espaço permanente de produção de conhecimento, inovação, reflexão institucional e desenvolvimento estratégico do Poder Judiciário.

As ações relatadas neste documento evidenciam o compromisso da gestão com os princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente no que se refere à eficiência, planejamento, transparência, responsabilidade institucional e aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional. A regulamentação da nova estrutura organizacional da Escola Judicial, a reorganização da gestão acadêmica, a modernização tecnológica dos sistemas institucionais, o incentivo à pesquisa científica, a consolidação e implementação de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, a expansão das redes de cooperação nacional e internacional e os investimentos em preservação documental e memória institucional demonstram atuação orientada por planejamento estruturado e visão de longo prazo.

# **Transformação institucional**

## 1 Transformação institucional

Para a efetiva transformação institucional, mostrou-se imprescindível uma regulação apropriada e condizente com a necessidade contemporânea do aprimoramento das ações educativas, bem como do avanço tecnológico e do conhecimento científico.

Nesse sentido é que a Superintendência preparou o projeto de regulamentação, contando com a colaboração da Assessoria Jurídica para o Desenvolvimento de Pessoas – ASJUP, e encaminhou o texto para aprovação do Órgão Especial, o que resultou na Resolução nº 1.080/2024, que “institui o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ”.

A estrutura física da EJEJ sofreu modificação fundamental, a partir da necessidade de transferência de parte de seu pessoal para novo imóvel do TJMG (foto 3), já que o ambiente em que se realizavam as ações da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP teve sérios comprometimentos, o que demandou a intervenção imediata da Superintendência, com a ajuda indispensável e rápida por parte da Presidência. A medida foi tomada diante de relatório circunstanciado, o que indicou a impossibilidade de se esperar a transferência definitiva para a nova sede destinada à EJEJ, em prédio adquirido na administração passada, que, inclusive, apresentava-se, ainda, em reforma (foto 4).

A nova estrutura organizacional da EJEJ teve sensível avanço, também, por intermédio da aprovação da Resolução nº 1.137/2026. A referida norma atualizou e aperfeiçoou o funcionamento das Diretorias Executivas, bem como garantiu a gestão adequada dos trabalhos. Foi, nessa mesma ocasião, criada a “Secretaria Acadêmica” (GERDAP), o que significou importante avanço para a gestão de dados acadêmicos e orçamentários, bem como dos contratos da EJEJ. Também houve a transferência da Coordenação de Movimentação e Expedição de Documentos – COMEX para a estrutura da Diretoria Executiva da Informação Documental – DIRGED, com a unificação da cadeia de custódia da informação física e da logística documental do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o que permite maior integração entre a gestão arquivística, a tramitação e a expedição de documentos.

Em decorrência da reestruturação da EJEJ e em sede de gestão de pessoas, ocorreram dois processos seletivos de “sucessão por competências”, mediante divulgação de editais de recrutamento interno, para provimento de cargos comissionados em seis coordenações de área da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP (foto 5).

Outra importante inovação estrutural foi a criação do Banco de Docentes, com o objetivo de aprimorar a escolha dos professores da EJEJ, alcançar maior transparência nesse processo e garantir a credibilidade de informação a respeito do professorado habilitado para as ações educativas. Conforme Resolução nº 1.080/2024, essa plataforma foi alçada à fonte primária e prioritária de consulta e identificação daqueles que atuam nas ações educacionais ofertadas pela Escola Judicial. Esse Banco de Docentes conta hoje com 627 inscritos, sendo 179 mestres e 92 doutores.

Cumprido ressaltar, sobre o aspecto orçamentário e sua execução, que a EJEJ mostrou alto grau de eficiência e compromisso no desenvolvimento de suas atividades, bem como excelência na gestão e aplicação de recursos. As respectivas rubricas orçamentárias, com os percentuais de execução, evidenciaram elevada capacidade e efetiva viabilização das ações educacionais, o que se verificou, ainda, em relação ao programa de estágios<sup>1</sup> e andamento dos concursos.

A respeito do monitoramento do desempenho físico, foi apurado que a EJEJ obteve desempenho correspondente a 145,97% da meta estipulada para 2025, isto é, esperava-se atingir 55.000 capacitações, mas foram alcançadas 80.284 aprovações, o que superou o escopo inicialmente definido.

No âmbito dos concursos públicos e processos seletivos, a EJEJ também prestou os auxílios técnicos e administrativos necessários à realização do Exame Nacional da Magistratura – Enam e do Exame Nacional dos Cartórios – Enac. Além disso, houve a publicação de editais para os concursos da magistratura e dos serviços extrajudiciais, bem como a condução dos procedimentos de heteroidentificação relacionados às vagas destinadas às políticas de cotas. Também foi criado banco de questões destinado a auxiliar o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do TJMG na estruturação do concurso para seleção de juízes leigos, o que contribuiu para maior organização e padronização técnica do certame.

Essas iniciativas, que se concretizaram ao longo do período de gestão, dentre outras, fortaleceram a instituição educandária e contribuíram para o seu avanço acadêmico, bem como para a melhoria de sua respeitabilidade como Escola de Governo.

---

<sup>1</sup> Com a reestruturação da EJEJ, a Coordenação de Estágio deixou de integrá-la e passou a fazer parte da estrutura organizacional da Presidência.

**Inovação**

## 2 Inovação

### 2.1 Reestruturação da atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA com melhoria do fluxo de trabalho

A Comissão Própria de Avaliação – CPA tem atribuição para conduzir os processos de autoavaliação institucional da Escola Judicial, nos termos das diretrizes de regulamentação interna e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Sua atuação envolve a análise contínua do funcionamento institucional da EJEF, com a finalidade de produzir diagnósticos, identificar oportunidades de melhoria e subsidiar o planejamento estratégico da instituição. A CPA exerce papel relevante, portanto, para o acompanhamento da qualidade das ações educacionais, da gestão acadêmica e da aderência das atividades da Escola às diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Durante a gestão, foi promovida importante reorganização do trabalho da CPA, com o objetivo de tornar sua atuação mais eficiente, estratégica e compatível com a dimensão institucional da EJEF. Até então, a comissão recebia elevado volume de processos individuais relacionados a cursos específicos, o que gerava acúmulo de demandas e longos prazos de análise, além de direcionar a atuação da CPA para questões operacionais e pontuais. O novo modelo passou a priorizar a análise consolidada de dados e indicadores educacionais, permitiu uma visão mais ampla do desempenho institucional da Escola e favoreceu a identificação de tendências, dificuldades recorrentes e oportunidades de aprimoramento.

### 2.2 Núcleos Regionais da EJEF

*2.2.1 Fomento dos Núcleos Regionais com reunião institucional geral da Superintendência com os Juízes de Direito Coordenadores, além de ações educativas específicas em cada um deles.*

Esta gestão promoveu reunião de trabalho com os Coordenadores dos Núcleos Regionais da EJEF ([foto 6](#)) e, também, encontros de capacitação em todas as 28 Comarcas-Sede dos Núcleos Regionais da EJEF, com abordagem de temas definidos segundo necessidades mapeadas pelos respectivos núcleos ([fotos 8, 9 e 10](#)).

*2.2.2 Criação do Núcleo Regional de Barbacena, acompanhada de ação educativa própria.*

No dia 11 de dezembro de 2025, ocorreu a solenidade de inauguração da nova unidade do Núcleo Regional de Barbacena, que contou com a participação de várias autoridades ([foto 7](#)).

### *2.2.3 Promoção de padronização institucional, consolidação da interiorização e a sustentabilidade das atividades formativas.*

Foi implementado, em novembro de 2024, nos termos da Portaria nº 204/2VP/2024, o Projeto de Estruturação dos Núcleos Regionais, com o objetivo de incrementar a capilarização das ações educacionais. Para isso, houve prévio diagnóstico técnico nos 28 Núcleos Regionais para a definição de um padrão mínimo de infraestrutura. Em seguida, iniciou-se o envio de novos equipamentos aos Núcleos, além da implementação de ambiente adequado ao ensino, da implantação de unidades do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – Siad, além do planejamento das aquisições remanescentes.

## **2.3 Ampliação do diálogo e cooperação:**

### *2.3.1 CNJ e Enfam*

Para assegurar o diálogo institucional, por meio da Portaria nº 201/2VP/2024, foram designados os Desembargadores Nicolau Lupianhes Neto e Paulo de Tarso Tamburini Souza, do TJMG, para representarem a EJEJ junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam e ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Importa realçar que a EJEJ recebeu as equipes da Enfam em uma visita técnica, no dia 11 de setembro de 2025, quando foram apresentados os resultados do primeiro ano da atual gestão e a estrutura da Escola Judicial. O encontro encerrou-se com elogios da Enfam ao trabalho de excelência desenvolvido pela EJEJ na seleção e formação permanente de magistrados e servidores.

### *2.3.2 Redes nacionais e internacionais de cooperação acadêmica e institucional*

Esta gestão promoveu o diálogo institucional e acadêmico com universidades nacionais e internacionais, escolas judiciais de outros tribunais, centros de pesquisa, academias de Direito Internacional e demais instituições dedicadas à formação e à produção de conhecimento. Houve aproximação e consolidação das relações institucionais com entidades como a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa, a *Sapienza Università di Roma*, a Academia de Direito Internacional da Haia, a Fundação Getúlio Vargas – FGV, a Fundação João Pinheiro – FJP, o Centro de Direito Internacional – Cedin, além de escolas judiciais e órgãos de formação do Poder Judiciário brasileiro e entidades associativas de classe (*ex. vi.* OAB/MG, Amagis e AMB). Esse movimento permitiu maior intercâmbio de experiências e aproximou a EJEJ de diferentes realidades acadêmicas e institucionais, no Brasil e no exterior.

As parcerias estabelecidas contribuíram para otimização científica e acadêmica da Escola Judicial, com a realização de eventos conjuntos, visitas institucionais, espaços permanentes de diálogo sobre temas relacionados à Justiça, à formação de magistrados e às transformações sociais e tecnológicas.

Essas relações consolidadas ao longo da gestão também possibilitaram que a EJEJ promovesse o 63º Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – Copedem, com o tema “Escolas Judiciais em Transformação: Inovação, Governança e Gestão Documental”. O encontro reuniu representantes de escolas judiciais de diversos tribunais brasileiros e proporcionou que a experiência da EJEJ na formação e produção científica fosse compartilhada em ambiente de intercâmbio acadêmico e institucional voltado à discussão de temas relacionados à formação da magistratura, à modernização da gestão pública, à preservação documental e aos impactos das transformações tecnológicas no âmbito do Poder Judiciário (fotos 11 e 12).

## 2.4 Modernização tecnológica da comunicação institucional e melhoria do acesso do corpo discente e docente

### 2.4.1 Congresso “Tecnologia, inteligência artificial e inovação no Poder Judiciário”

Vale distinguir o Congresso “Tecnologia, inteligência artificial e inovação no Poder Judiciário” (foto 13), que reuniu centenas de magistrados e servidores e promoveu reflexões sobre o uso responsável das novas tecnologias como ferramenta para aprimoramento das rotinas de trabalho. Além das conferências, foram promovidas oficinas sobre elaboração de *prompts* de Inteligência Artificial aplicados às rotinas das unidades judiciárias, bem como foram expostos trabalhos científicos produzidos por magistrados e servidores.

A partir desse Congresso, foi possível identificar, planejar e executar ações educativas específicas a respeito de Inteligência Artificial e seu uso aplicado nas rotinas das unidades judiciárias, especialmente voltadas para o trabalho nos gabinetes de juízo. No Anexo deste Relatório, consta a lista das ações educacionais de maior repercussão ofertadas pela EJEJ no período.

### 2.4.2 Aplicativo “Minha EJEJ” e aperfeiçoamento do Siga – Sistema de Gestão Acadêmica da EJEJ

Durante o Congresso “Tecnologia, inteligência artificial e inovação no Poder Judiciário”, foi lançado o aplicativo “Minha EJEJ” (foto 14), na versão *mobile* do Sistema de Gestão Acadêmica – Siga da EJEJ e disponível para Android e iOS, desenvolvido em sua totalidade, de forma interna, por equipe do próprio quadro da Escola Judicial, o que proporciona uma experiência mais intuitiva do usuário.

Para que o aplicativo pudesse ser lançado, o Siga (foto 15) foi modernizado para permitir receber uma interface *mobile* e, ainda, ampliar a capacidade de acesso e integração com outras plataformas. Essa adaptação teve foco na simplificação de uso e navegação intuitiva do usuário, além de reorganizar a arquitetura do sistema para suportar maior volume de acessos simultâneos, autenticação integrada e sincronização de dados. Com isso, o Siga deixou de depender exclusivamente de uma experiência no *desktop* tradicional e passou a operar como uma plataforma digital mais moderna, acessível e preparada para mobilidade.

#### 2.4.3 Melhoria dos canais de comunicação

Como parte da melhoria dos canais de comunicação das ações educativas, foi criado o boletim *EJEF em Curso*, com o objetivo de substituir o envio de *e-mails* diários por uma comunicação mais organizada, objetiva e eficiente. A iniciativa concentra as principais informações sobre cursos, eventos e demais atividades educacionais em um boletim estruturado, com duas edições semanais, para facilitar o acesso do público interessado às oportunidades de formação e reduzir a sobrecarga de mensagens nas caixas de entrada. Com isso, a *EJEF* aprimora a gestão da comunicação institucional, amplia a clareza das informações divulgadas e fortalece a experiência dos usuários na relação com as ações educativas ofertadas.

Também foi desenvolvido o chamado “Jefinho” (foto 16), assistente virtual integrado ao Siga e criado pela equipe de tecnologia da *EJEF*, com utilização de recursos de inteligência artificial. O sistema identifica o perfil do usuário e utiliza informações relacionadas ao seu histórico acadêmico, cursos realizados, inscrições e eventos vinculados à plataforma para prestar orientações mais direcionadas e facilitar o acesso às informações acadêmicas. A ferramenta representa importante avanço na comunicação institucional da Escola Judicial, ao proporcionar atendimento mais ágil, personalizado e acessível ao corpo discente e docente.

Outra medida implementada consistiu na criação de sistema automatizado de alertas no Siga, destinado ao envio de notificações aos alunos em momentos estratégicos das ações educacionais, como início de cursos, prazos, atividades pendentes e encerramento de etapas. A automatização reduz a necessidade de intervenções operacionais repetitivas pelos servidores da *EJEF*, confere maior eficiência à gestão acadêmica e maior regularidade na comunicação com os participantes. Além dos alertas padronizados, o sistema passou a permitir a personalização de notificações conforme as características específicas de cada turma ou ação educacional para possibilitar comunicação mais adequada às particularidades de cada curso.

## 2.5 Inteligência Artificial aplicada ao Judiciário

O uso da Inteligência Artificial no Judiciário é uma realidade e preocupação da Escola Judicial, que promoveu ações educativas próprias para sua adequada utilização, sempre atentos às normas administrativas do CNJ, do próprio Tribunal e com o objetivo da racionalização do trabalho de forma eficiente, ética e responsável.

Por isso mesmo, foram promovidos eventos e reuniões com a perspectiva de criar meios e instrumentos tecnológicos de aplicação específicos aos serviços judiciários.

### 2.5.1 Projeto IAvaliação

O projeto IAvaliação, por exemplo, foi criado, após diagnóstico, no acervo do arquivo físico da segunda instância, que identificou o grande volume de autos que precisavam ser separados para uma avaliação documental segura. A partir desse diagnóstico, foi desenvolvida a utilização da Inteligência Artificial como ferramenta de apoio à gestão e ajustada às diretrizes da Comissão Técnica de Avaliação Documental e do Conselho Nacional de Justiça, como forma de ampliar a análise que era feita, até 2024, de forma exclusivamente manual e com baixa capacidade de processamento. Com a Inteligência Artificial, permitiu-se identificar quais documentos deveriam ser eliminados ou preservados permanentemente, de maneira mais ágil, segura e eficiente. O resultado do projeto foi a eliminação de 63.679 autos de *habeas corpus*, com a liberação de espaço em arquivo, reciclagem do material eliminado e ganho de produtividade superior a 2.000.000%.

Em virtude disso, o Projeto IAvaliação conquistou para o TJMG, em setembro de 2025, o 2º lugar na categoria “Tecnologia Judicial Inovadora: Ideias Inovadoras” no Prêmio Inovação do Poder Judiciário 2025, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça ([foto 17](#)).

### 2.5.2 Mapeamento de demandas predatórias e de massa

Além disso, foi desenvolvida ação educativa, cujo objetivo é ensinar cada magistrado a criar sua própria ferramenta de Inteligência Artificial para auxiliar no mapeamento de possíveis demandas predatórias e de massa, não como simples ferramenta em si mesma, mas como lógica de funcionamento, *layout*, e de modo que o sistema reflita as necessidades concretas da respectiva unidade jurisdicional. Sem prejuízo da criação de eventuais ferramentas tecnológicas pelo próprio Tribunal, programa-se o futuro para oferecer a visão mais ampla do fenômeno das demandas de massa e predatórias, com instrumentos capazes de identificar padrões comuns nas unidades dos juízos. A ação promove, ainda, um movimento de estímulo aos magistrados a compreender, dominar e criar suas próprias ferramentas. Portanto, mais do que um aplicativo, esse curso representa um convite para que o juiz se aproprie da tecnologia de maneira pragmática, como instrumento de liberdade intelectual e de gestão mais eficiente e responsável.

### 2.5.3 Inteligência Artificial no Diário do Judiciário Eletrônico – DJe

A EJEJF inovou ao publicar, no DJe de 12 de novembro de 2024, resumo em linguagem simples de acórdão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR – Tema 91, elaborado com apoio de ferramentas de Inteligência Artificial. A iniciativa teve como foco ampliar a compreensão de decisão relevante sobre demandas consumeristas, originalmente extensa e complexa.

A partir de então, adotou-se como prática inserir resumos em linguagem simples em todos os acórdãos publicados na coluna *Jurisprudência Mineira* do DJe. Com revisão técnica e fidelidade do conteúdo, garante-se clareza na comunicação judicial, em consonância com o Pacto Nacional pela Linguagem Simples.

## 2.6 Programa de Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação revela-se essencial para a afirmação da EJEJF como Escola de Governo, além de permitir que avance nas áreas de conhecimento e de formação científica de forma perene, cria ambiente de estudos aprofundados, incentiva servidores e magistrados na descoberta epistêmica para a verdadeira melhoria da prestação do serviço público.

### 2.6.1 Programa de Pós-Graduação “lato sensu”

O programa foi consolidado com a oferta de uma grade perene de cursos nas áreas de Direito Público, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Gestão Judiciária (fotos 18 e 19). Além dessas cinco turmas em Belo Horizonte, também foi iniciada, em 2025, uma turma de Pós-Graduação em Direito Processual Civil no Núcleo Regional da EJEJ em Uberlândia, a primeira com aula presencial no interior do Estado, o que capilariza o acesso para servidores e magistrados dos Núcleos Regionais da EJEJ de Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Paracatu.

### 2.6.2 Pós-Graduação “stricto sensu”

Nesta gestão, houve esforço dedicado a promover e viabilizar a oferta de Mestrado e Doutorado para magistrados e servidores. Formalizou-se, então, um contrato com o Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, que viabilizou 17 vagas para Mestrado e 10 para Doutorado, cujas aulas iniciaram em março de 2026 (fotos 20 e 21).

Além disso, em 4 de maio de 2026, a Capes/MEC aprovou as Propostas de Cooperação Interinstitucional – PCIs para a implementação de turmas de mestrado acadêmico em parcerias com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, com aulas previstas para o primeiro semestre de 2027 nos Núcleos Regionais da EJEJ em Montes Claros e Ipatinga.

Também foram elaborados dois projetos de Avaliação de Proposta de Curso Novo – APCN, os quais estão prontos para serem submetidos à Capes/MEC no próximo edital de chamamento público, para turmas de mestrado profissional em conjunto com a UFOP e UFMG (foto 22).

**Internacionalização**

### 3 Internacionalização

Em consonância com a Portaria nº 183/2VP/2023, que instituiu o Programa Internacional da EJEJ, a Escola amplia sua atuação no meio jurídico-acadêmico internacional ao promover o intercâmbio de conhecimento, a cooperação institucional e a difusão de boas práticas no âmbito do Poder Judiciário.

As atividades internacionais possibilitaram a troca de experiências acadêmicas, técnicas e científicas mediante interlocução com organismos internacionais, o que repercute no aprimoramento pedagógico da Escola Judicial e no seu fortalecimento como Escola de Governo.

Nos eventos internacionais, o Superintendente da EJEJ apresentou a estrutura e o modelo de formação da magistratura desenvolvido pela Escola Judicial, com ênfase para a experiência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais na capacitação contínua de magistrados e servidores.

Foram, inclusive, discutidas novas possibilidades de cooperação acadêmica internacional, como ações educativas conjuntas presenciais e a distância, de forma a incentivar a pesquisa científica em colaboração recíproca.

Nessas oportunidades, houve a doação de obras jurídicas e institucionais produzidas pela EJEJ para a divulgação internacional de nossa produção intelectual, histórica e acadêmica (fotos 76 a 81).

Os programas consolidam o compromisso normativo de internacionalização da EJEJ e promovem o avanço epistêmico necessário à compreensão do mundo globalizado e da sociedade plural. Destacam-se, portanto, as seguintes ações:

(i) o Seminário Internacional “Perspectivas Contemporâneas da Inteligência Artificial no Sistema Judicial, no Direito e nos Negócios”, em Nova Iorque, promovido pelo Copedem em parceria com Google e Microsoft, com apoio da Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam (foto 23);

(ii) o Seminário Internacional “Diálogo de Cortes” (fotos 24 a 27);

(iii) a Missão Institucional Técnico-Científica e Acadêmica na Corte Internacional de Justiça na Haia (foto 28 e 31);

(iv) a Missão Institucional Técnico-Científica e Acadêmica no Tribunal Penal Internacional na Haia (fotos 28 e 29);

(v) a reunião acadêmico-institucional na Academia de Direito Internacional na Haia (foto 32);

(vi) a reunião acadêmico-institucional na Residência do Embaixador do Brasil na Haia (foto 33);

(vii) a representação institucional do TJMG e da EJEJ e a palestra proferida no “I Seminário

Internacional Brasil-Itália: Justiça Global, Estado Ecosocial e Ultratecnologização” na *Sapienza Università di Roma*, no âmbito do Programa Diálogos Globais – Justiça e Geopolítica, em colaboração com o Superior Tribunal Militar (STM) (foto 34);

(viii) o “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia” em parceria da EJEJ com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com o tema “Administração da Justiça Lusobrasileira”, durante as comemorações do Dia da Língua Portuguesa (fotos 35 a 47);

(ix) a reunião acadêmico-institucional no Centro de Estudos Judiciários – CEJ de Lisboa, com a presença do Diretor do CEJ, Juiz Desembargador Edgard Lopes, e de professores da mesma instituição, ocasião em que houve, ainda, oportunidade de o Superintendente manifestar-se perante auditores de Justiça, que se submetem ao curso e exame de admissão para Magistratura ou Ministério Público (fotos 48 a 53);

(x) a reunião acadêmico-institucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a participação do Instituto de Direito Brasileiro, que pertence à faculdade, ocasião em que, além de planejamento de futuros cursos compartilhados, também foi ajustada a renovação do acordo de cooperação técnica entre TJMG e aquela instituição de ensino (fotos 54 a 56).

**Formação e  
aperfeiçoamento  
profissional**

## 4 Formação e aperfeiçoamento profissional

A respeito do número de ações educativas e aprovações, esta gestão apresenta os seguintes dados:

	Ações / eventos ofertados	Aprovações
2º semestre de 2024	205	37.883
2025	462	80.284
1º semestre de 2026	137	10.541

Assim, na Gestão biênio 2024-2026, foram ofertadas 804 ações e eventos educacionais, com mais de 128.708 aprovações.

Em análise comparativa dos dados considerados proporcionalmente, nota-se um crescimento superior a 6% no número de aprovações, entre 2024 e 2025. Esse dado evidencia o aprimoramento da eficiência na avaliação das atividades educativas, bem como o aumento na qualidade dessas ações.

A gestão preocupou-se com o Plano de Desenvolvimento Anual – PDA, que constitui um dos principais documentos de planejamento da Escola Judicial, de forma que, em novembro de 2024, pela primeira vez, foi elaborado no ano anterior ao de sua execução (foto 57). Esse planejamento deu especial enfoque em ações educacionais consideradas estratégicas e de maior importância para a devida formação do corpo discente, o que possibilitou nível elevado de cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2025.

Sem prejuízo do que estabelecido no PDA, houve avanços relevantes em áreas fundamentais, tais como: ações educacionais dirigidas para o sistema Eproc, o que permite o aprimoramento das atividades processuais eletrônicas; ações educativas decorrentes da parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV-Rio voltadas à análise econômica das decisões judiciais (foto 58); ações educativas no contexto da transversalidade e do conhecimento ampliado na cultura e artes como instrumentos de formação humanística, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Desembargadora Jane Silva – Emajs, da Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis (foto 59).

Em relação ao **Curso de Formação Inicial de Magistrados – CFI** (foto 60), foram estabelecidas atividades de educação avançada, inclusive por intermédio de palestras que se realizaram até mesmo no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG (foto 61).

Houve ajuste e aperfeiçoamento do **Programa Vitaliciar**, com a inclusão de oficinas específicas voltadas ao trabalho de gabinete dos magistrados.

**Celebração de acordos no  
âmbito da DIRGED**

## 5 Celebração de acordos no âmbito da DIRGED

Com a **Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais – AGE**, foi renovado convênio destinado à cooperação mútua entre as instituições, especialmente para atendimento de pesquisas bibliográficas e empréstimo de obras do acervo físico da biblioteca do TJMG aos colaboradores da AGE.

Foi celebrado convênio com o **Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais – TJMMG** com o objetivo de viabilizar a cooperação entre os tribunais, para permitir ao TJMMG acesso, mediante solicitações específicas, ao material disponível no acervo da Biblioteca Digital do TJMG ([foto 62](#)).

Também foi renovada a parceria com a instituição **FamilySearch** voltada à digitalização de documentos custodiados pelo Arquivo Permanente do Tribunal. A cooperação tem como objetivo preservar documentos históricos relevantes para pesquisas acadêmicas, históricas e genealógicas, sem custos para o TJMG e com garantia de acesso permanente aos arquivos digitais produzidos. Desde o início da parceria, já foram digitalizadas 9.552.863 laudas, resultado que evidencia o avanço das ações de preservação digital, valorização da memória institucional e ampliação do acesso ao patrimônio documental sob guarda do Tribunal de Justiça de Minas.

**Produção  
intelectual-científica**

## 6 Produção intelectual-científica

### 6.1 Obras publicadas pela EJEJF

A EJEJF promoveu o lançamento de importantes obras voltadas à produção acadêmica e à disseminação do conhecimento jurídico. Em maio de 2025, foram publicados os **Anais do Congresso Tecnologia, Inteligência Artificial e Inovação no Poder Judiciário**, que reuniu a íntegra dos pôsteres aprovados e apresentados durante o evento, com a consolidação das principais discussões e experiências relacionadas à inovação e ao uso de novas tecnologias no âmbito do Poder Judiciário.

A obra **200 anos do Direito Constitucional brasileiro**, idealizada ainda na transição para o biênio 2024/2026, foi lançada em 2 de junho de 2025. Organizada pelo Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho e pelo Superintendente, a publicação reuniu 36 artigos elaborados por 48 autores, entre magistrados, servidores e juristas (foto 63).

Também foi lançado o livro **30 anos da Lei dos Juizados Especiais**, organizado pelo Desembargador Vicente Oliveira e pelo Superintendente. A obra prestou homenagem ao Desembargador José Fernandes Filho, com a inclusão de artigo de sua autoria em reconhecimento à sua trajetória acadêmica e jurídica (foto 64).

Outra obra publicada pela EJEJF foi o livro **Duas décadas da Lei de Recuperação Judicial e Falências: avanços e desafios (Lei nº 11.101/2005)**, lançada em junho de 2026 e organizada pelo Ministro Afrânio Vilela, do STJ, e pelo Superintendente (foto 65).

Não se pode olvidar, ainda, do *Guia de Fontes: Documentos do Arquivo Permanente do TJMG* (foto 66), lançado no VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário. A publicação constitui instrumento técnico de pesquisa destinado a orientar e facilitar o acesso a conjuntos documentais cujo eixo temático central é a trajetória de pessoas escravizadas e libertas. Essa obra foi fruto do projeto "Sistematização, descrição e acesso da documentação do período escravista mineiro: o Guia de fontes documentais do Arquivo Permanente do TJMG — História Negra: escravidão, liberdades, resistências e violências" e conferiu ao TJMG e à EJEJF o prêmio na Categoria II – Patrimônio Cultural Arquivístico do Prêmio Memória do Poder Judiciário 2026 – CNJ, entregue durante o VI Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, na cidade de Belém/PA.

## 6.2 Revista EJEF

A *Revista EJEF* (foto 67) alcançou relevante reconhecimento acadêmico ao obter classificação **B1** no sistema *Qualis Periódicos* da Capes/MEC. Lançada em 2023 e já em sua 8ª edição, a revista consolidou-se, em curto período, como periódico científico de importância, com elevado rigor editorial, qualidade técnica e relevância para a comunidade jurídica e acadêmica.

A conquista reflete um trabalho institucional consistente voltado à promoção da produção científica e à difusão do conhecimento jurídico, nesse contexto, relevante a atuação da Superintendência, responsável pelo convite e pela formação da primeira composição de conselheiros nacionais e internacionais da Revista, o que contribuiu para garantir a qualidade acadêmica da publicação em consonância aos padrões de excelência nacionais e internacionais.

## 6.3 Concursos de Artigos

### 6.3.1 I Concurso de Artigos Jurídicos

Foram entregues, no dia 20 de agosto de 2025, os certificados aos 13 autores vencedores do 1º Concurso de Artigos Jurídicos, dedicado aos 10 anos do Código de Processo Civil, em evento que reuniu magistrados, servidores, advogados e acadêmicos em debates qualificados sobre a evolução e os desafios da norma processual civil.

### 6.3.2 II Concurso de Artigos Jurídicos

Em 5 de fevereiro de 2026, a solenidade de premiação do II Concurso de Artigos Jurídicos, em celebração aos *10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência*, teve como objetivo fomentar a reflexão técnico-jurídica sobre os avanços e desafios da norma, considerada marco na promoção da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência (foto 68).

# **Gestão documental e patrimônio institucional**

## 7 Gestão documental e patrimônio institucional

A gestão documental e da informação recebeu especial atenção no biênio, com foco na preservação da memória institucional, na proteção do patrimônio histórico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e no aumento do acesso ao conhecimento jurídico. A atuação abrangeu desde a organização e preservação de documentos físicos e digitais até a gestão de bibliotecas, jurisprudência e publicações técnicas, para assegurar tratamento adequado ao acervo institucional e maior eficiência na recuperação das informações. Também houve investimento na preservação de documentos históricos de guarda permanente, reconhecidos como parte relevante da trajetória institucional e da própria história da Justiça mineira.

Entre os trabalhos realizados, pode-se ressaltar a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, voltado à preservação, autenticidade e acesso de longo prazo aos documentos digitais do Tribunal. O projeto incluiu o tratamento arquivístico de mais de um milhão de processos judiciais digitais do sistema *Projudi*, para preservar importante parcela da memória institucional relacionada ao processo de transformação tecnológica do TJMG. Para viabilizar o projeto, foi firmada parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep e com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict, no âmbito do projeto de pesquisa “Preservação do Acervo Arquivístico Digital do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”. Como resultado do projeto de implantação do RDC-Arq, foi produzido o livro técnico-científico *RDC-Arq: a jornada do TJMG com o Modelo Hipátia*, que será publicado pela Editora Ibict e, após o lançamento, disponibilizado na Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

### 7.1 Digitalização do acervo impresso do Diário Oficial de Minas Gerais

Foi celebrado o acordo de cooperação técnica com o objetivo de viabilizar a digitalização do acervo impresso do Diário Oficial de Minas Gerais, para abranger o período de 1943 a 2010 (foto 69).

Elaborou-se, então, o edital de licitação destinado à contratação de empresa especializada para a digitalização de aproximadamente 3 milhões de páginas dos Cadernos do Judiciário, do Executivo e do Legislativo. O pregão eletrônico aconteceu em 23 de fevereiro de 2026 e o processo licitatório encontra-se em fase final, com previsão de início da execução ainda neste semestre. A iniciativa representa importante avanço na preservação documental, na modernização do acesso à informação e na disponibilização de conteúdo histórico de relevante interesse público.

## 7.2 Novo sistema de busca de jurisprudência do TJMG

A gestão promoveu o desenvolvimento de novo sistema de busca de jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cuja entrada em operação está prevista para o primeiro semestre de 2026, após conclusão da fase final de testes. A ferramenta foi estruturada para proporcionar consultas mais rápidas, precisas e acessíveis.

O sistema passou a contar com interface mais intuitiva, navegação simplificada e mecanismos avançados de pesquisa, além de melhor organização dos resultados e refinamento das consultas. A nova estrutura facilitará a localização de acórdãos, súmulas e demais entendimentos jurisprudenciais do Tribunal, com maior eficiência na recuperação das informações jurídicas.

# Premiações e honraria

## 8 Premiações e honraria

Ao longo da gestão, foram recebidos importantes reconhecimentos nacionais relacionados à inovação, à gestão do conhecimento, à preservação documental e à excelência institucional. Entre eles, **a conquista do 3º lugar na categoria “Escolas de Magistratura e Judiciais” da 6ª edição do Prêmio Inovação J.EX – 2025, com o boletim *Julgados em Números* (foto 70)**. A publicação passou a apresentar análises estatístico-jurídicas em linguagem acessível, o que possibilita maior compreensão da jurisprudência por magistrados, advogados, pesquisadores e cidadãos, além de contribuir para a transparência, a previsibilidade das decisões e a disseminação qualificada do conhecimento jurídico.

Merece registro a conquista do **2º lugar no Prêmio CNJ de Inovação do Poder Judiciário 2025, na categoria “Tecnologia Judicial Inovadora: Ideias Inovadoras”, em razão do Projeto IAvaliação**. A solução utilizou Inteligência Artificial para auxiliar a avaliação documental e identificar processos sujeitos à guarda permanente ou à eliminação, conforme critérios arquivísticos e normativos aplicáveis (foto 17).

A gestão também obteve **Prêmios CNJ de Qualidade de 2024 e 2025**, nos quais alcançou nota máxima no quesito **“Gestão de Memória e Gestão Documental”** (foto 71), em razão do cumprimento integral das metas relacionadas à eliminação documental, ao acesso público a documentos históricos de guarda permanente e à manutenção de ambientes destinados à preservação da memória institucional. O resultado evidencia o sucesso das políticas arquivísticas e de preservação documental desenvolvidas durante o biênio.

A EJEF, ainda, recebeu **reconhecimento institucional da Escola Judicial Militar do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, que outorgou a Comenda do Mérito Acadêmico Professor Lourival Vilela Viana** (foto 72).

**Considerações  
finais**

## Considerações finais

A gestão, portanto, foi pautada no compromisso institucional em afirmar a Escola Judicial, ao concretizar projeto para a formação permanente de qualidade, produção científica reconhecida, inovação e preservação da sua memória para desenvolvimento contínuo e estratégico do Judiciário mineiro.

E as ações executadas tiveram como escopo a atividade judicial na sua completude, pois se destinaram tanto à atividade-meio como à atividade-fim do Judiciário.

Assim, os resultados obtidos indicam que a execução das propostas inicialmente planejadas foi além do esperado, ao superar as metas visadas e de caráter estritamente administrativas e funcionais.

A regulamentação da nova estrutura organizacional, a expansão dos programas de pós-graduação, o incremento das redes de cooperação nacional e internacional, os investimentos em inteligência artificial e modernização tecnológica, a valorização da gestão documental e da memória institucional, além do aumento qualitativo das ações educacionais e científicas, revelam atuação orientada por planejamento, responsabilidade e visão de futuro.

A relação institucional solidificada com outras escolas judiciais, universidades, centros de pesquisa, órgãos do Tribunal, instituições públicas e entidades pertencentes às diversas funções do Estado contribuiu para ampliar o intercâmbio de conhecimento e edificou ambiente de inserção acadêmica e de produção científica.

Dessarte, a consolidação da EJEJF como Escola de Governo, comprometida com a excelência acadêmica, a inovação e a formação humanística, representa legado institucional a partir da cooperação, da inclusão e do compromisso permanente com o aprimoramento da Justiça.

# Agradecimientos

## Agradecimentos

E, ao término da gestão, não poderia deixar de registrar meus profundos agradecimentos aos colegas de direção do TJMG, pela fundamental cooperação e especialmente ao eminente Presidente, Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, e ao seu Superintendente Administrativo, Desembargador Vicente de Oliveira Silva, que, além de tornarem possíveis todas as realizações, mostraram-se verdadeiros amigos de jornada institucional em prol da sociedade e do bem público.

Agradeço, ainda, o apoio e ajuda constante dos membros do Comitê Técnico, notadamente do colega e amigo Desembargador Maurício Pinto Ferreira, Superintendente Adjunto, e do Dr. Thiago Grazziani Gandra, Juiz Auxiliar desta Segunda Vice-Presidência.

Por fim, aos servidores da EJEF, nas pessoas dos competentes Diretores Dr. Iácones Batista Vargas e Dr. Thiago Doro, pelo comprometimento com o bem-servir.

E jamais poderia deixar de registrar um agradecimento muito especial e do fundo do coração para as assessoras de meu gabinete, Gina, Naiara e Sônia, sem as quais nada seria possível; e para a diligente Maira, que, com sua experiência, equilíbrio e absoluta discrição, permitiu-me trabalhar com tranquilidade.

Belo Horizonte, junho de 2026.

**Desembargador Saulo Versiani Penna**

Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF

Biênio 2024-2026

**Anexo I**

## Anexo I

### Ações educacionais de repercussão ofertadas pela EJEJ e eventos durante o biênio 2024-2026

- “Aula Magna Inaugural do semestre letivo da EJEJ”, proferida pelo Ministro Afrânio Vilela, do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no dia 2 de agosto de 2024.
- Duas turmas do seminário “IV AGIR – Semeando conexões”, com a capacitação e atualização de 366 gestores e colaboradores oriundos de mais de cem comarcas.
- Seminário “Lançamento oficial do Plano Estadual pela Primeira Infância 2024-2026 - Primeira Infância: compromissos e ações”.
- Seminário “Direito do Consumidor em debate”, que tratou de temas como superendividamento, comércio eletrônico e direito digital, bem como das cláusulas abusivas nos contratos de consumo na União Europeia.
- “Colóquio Lei de Drogas: desafios e perspectivas no Brasil”, com o objetivo de reconhecer a estrutura e a aplicação prática da Lei nº 11.343/2006, além de debater a abordagem brasileira às drogas.
- Aula Magna ministrada pelo Desembargador Saulo Versiani Penna na Faculdade de Direito da PUC Minas, em 8 de abril de 2025, sobre o tema “Ativismo, judicialização ou processualização sobre políticas públicas” (foto 73).
- Lançamento do livro “Caminhos para a educação judicial brasileira”, produzido no âmbito da Renejum/Enfam, realizado no dia 6 de agosto de 2024 (foto 74).
- Participação na posse do Ministro Benedito Gonçalves como Diretor-Geral da Enfam, no dia 4 de setembro de 2024 (foto 75).
- Construção e formalização da entrega do ambiente virtual referente à etapa teórica do curso de “Formação de facilitadores do Programa Nós”, que visa à solução de conflitos escolares.
- “Seminário desafios contemporâneos do Direito”, que discutiu temas importantes da atualidade, sobretudo sobre novas tecnologias, Direito Animal, bens digitais, responsabilidade civil nos jogos *on-line* e inteligência artificial.

- Seminário Internacional “Diálogo de Cortes: a complementaridade jurídica entre a ordem normativa brasileira e internacional”, que contou com a participação de Juízes da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional, ambos com sede na Haia (Holanda), os quais abordaram temas contemporâneos como mudanças climáticas e direitos humanos.
- “II Congresso Internacional de Justiça Restaurativa do TJMG”, que teve como objetivo a aplicação dos princípios e práticas da Justiça Restaurativa de acordo com a Resolução nº 225/16 do CNJ.
- “Depoimento especial de crianças e adolescentes no Sistema de Justiça”.
- “Aula Magna Inaugural do ano letivo 2025 da EJEF”, proferida, no dia 10 de março de 2025, pelo Diretor-Geral da Enfam, o Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
- “I Simpósio Internacional de Justiça Terapêutica”, voltado para a reabilitação e reintegração social de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas com transtornos relacionados ao uso de substâncias.
- “Programa Nós – Formação teórica e prática”.
- “V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres”.
- “III Encontro Interinstitucional do Eproc”.
- “Encontro de Juízes e Direito Coordenadores de Centros Judiciários de Solução e Conflitos e Cidadania – CEJUSCs”, em parceria com a Terceira Vice-Presidência do TJMG.
- Seminário “Direito Público em debate”.
- “Aula Magna do segundo semestre letivo 2025 da EJEF”, proferida pelo Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça - STJ, no dia 11 de agosto de 2025, data em que se comemorou o aniversário de 48 anos da EJEF.
- Lançamento do livro “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, realizado no dia 2 de junho de 2025, com palestra magna proferida pelo Professor Gabriel de Orleans e Bragança.
- “Fonajus itinerante”, voltado para implementação da Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, conforme Resolução CNJ nº 530/2023.
- Seminário “Mestrado Profissional em Direito: desafios e perspectivas”, com a participação de professores das universidades parceiras da EJEF para o programa de Pós-Graduação *stricto sensu*.
- “Oficina: Relações humanas no trabalho”, nas Comarcas de Uberaba e Araguari.

- “Oficina: Saúde mental e seus impactos no trabalho”, na Comarca de Bambuí.
- “Seminário Internacional de cibercriminalidade e prova digital”, que tratou dos golpes e fraudes mais comuns, assim como as estratégias utilizadas e a revolução trazida pela inteligência artificial – IA.
- Palestra “Cadê a Juíza, cadê o Juiz?”, voltada à capacitação para o reconhecimento de práticas institucionais promotoras de equidade racial, diversidade e fortalecimento dos direitos humanos no âmbito judicial.
- “14º CFI - Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos”, e início do acompanhamento formativo para fins de vitaliciamento, com a atuação dos juízes orientadores.
- Oficinas do “Programa de Aperfeiçoamento dos Magistrados Vitaliciandos”, para os Juízes de Direito Substitutos do 14º Curso de Formação Inicial na Carreira da Magistratura.
- Realização dos 36º, 37º e 38º Encontros de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – ENCOR, nas comarcas de Araxá, Tiradentes e Diamantina.
- Cursos “Introdução ao Direito e Economia” e “Direito, Economia e Mercados”, ofertados em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.
- “Hermenêutica e argumentação jurídica”, com o intuito de aprimorar a interpretação do Direito e a fundamentação das decisões, diante dos desafios impostos pelas transformações sociais, tecnológicas e pelas novas demandas da Justiça.
- “A Justiça no espelho das artes: cultura, arte e Direito”, com a entrega dos resumos expandidos pelos participantes para publicação, realizado em parceria com a Emajs/Amagis.
- Realização do curso “FOFO - Módulo 2”, com destaque para a atuação de docentes/tutoras do quadro de pessoal da EJEJF.
- Conclusão de toda a trilha de formação de formadores, por meio do “FOFO Nível 1, Módulos 1, 2 e 3” e “FOFO Nível 2: orientadores de prática jurisdicional supervisionada e de vitaliciamento”.
- FOFO Nível 1, Módulo 1 - Formação de Formadores, realizado em parceria com a Escola Nacional de Magistratura - ENM, da AMB.
- 14 turmas da ação educacional “1ª Vice SOMA – Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial”.
- 7 Oficinas “Construindo *prompts* para a atividade jurisdicional”, realizadas nos Núcleos Regionais da EJEJF sediados em Comarcas do Interior.

- Seminário “Prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e todas as formas de discriminação”.
- Simpósio – Edição Especial da “Semana de conscientização sobre assédio e discriminação”.
- “Construindo ambientes seguros: prevenção e enfrentamento ao assédio”.
- *Live* “Entre o silêncio e a proteção: reflexões para magistradas e servidoras sobre a violência doméstica e familiar”.
- Curso de “Aperfeiçoamento em conciliação e mediação em superendividamento”.
- “2ª Semana Nacional dos Juizados Especiais”, que integrou o Encontro “Modernização e padronização como vetores da eficiência judicial”, “Integração e práticas restaurativas para o fortalecimento dos Juizados Especiais” e a Oficina “Linguagem simples – pensar, criar e simplificar”.
- “III Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas do TJMG”.
- Oficinas “Comunicação não violenta”, “Técnicas autocompositivas” e “Mapeamento de conflitos”.
- Evento “Travessias em rede: seminários regionais da infância e juventude”.
- “SERIN – Programa Servidor Integrado”, com formação institucional, humanossocial e técnico-operacional, na modalidade presencial, voltado a Oficiais de Justiça.
- 143 ações de Capacitação no Sistema Eproc, com 12.321 aprovações, na Capital e no Interior.
- Seminário “20 Anos da Lei nº 11.101/2005: desafios e controvérsias na recuperação judicial e falência”.
- *Workshops* sobre “Assédio, discriminação e seus impactos na saúde mental do servidor”, realizados nas comarcas de Governador Valadares, Ipatinga, Divinópolis e Aimorés.
- “Novo marco legal dos seguros - Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024”.
- “Curso de atualização para atuação no Juizado do Torcedor e de Grandes Eventos”.
- “ICiclo de diálogos: gerenciamento do conflito no Direito das Famílias, com visão multidisciplinar”.
- 4 turmas da ação educacional “Construindo um plano de ação: da estratégia à execução nos cartórios”.
- 3 turmas da ação educacional “Boas práticas em gestão processual no Eproc - 2ª Instância”.

- “O Serviço de Família Acolhedora e o Programa Entrega Legal”, realizados nos Núcleos Regionais da EJEJ em Caratinga e São João del-Rei.
- 6 turmas da ação educacional “Curso prático de IA para facilitadores da 2ª Instância”.
- Palestra “A jornada do novo profissional do Direito rumo à Justiça”, ministrada pelo Ministro Afrânio Vilela, do STJ, na Comarca de Luz, ofertada em parceria com a Faculdade de Direito da FASF-Unisa.
- “Eproc em foco: aula complementar de boas práticas em sessão de julgamento das turmas recursais - Turma Recursal”.
- “Projeto empatia: saúde em foco”.
- “2º Congresso dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário”.
- “Curso de capacitação em mediação presencial”, realizado na Comarca de Uberlândia.
- “Curso prestação pecuniária na prática”.
- “Enfrentamento à lavagem de capitais: abordagem jurídica e prática no âmbito do Sistema de Justiça”.
- “Seminário Justiça em foco: conectando teoria e prática no Direito Penal e Processual Penal”;
- “Eproc em foco: boas práticas para PAPRES”.
- “O Papel das Instituições na Promoção dos Direitos das Mulheres”.
- “Multiplicadores(as) do Eproc - Oficiais de Justiça”.
- “Live de lançamento da Versão - SEI 5.0”.
- “1º Encontro de linguagem simples do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”.
- “Atualização em recuperação judicial e falência”.
- “Curso de formação de expositores das oficinas de divórcio e parentalidade”.
- “Jornada do conhecimento”.
- “Aula Magna Inaugural do primeiro semestre letivo de 2026 da EJEJ, ministrada pelo Ministro Sebastião Reis Júnior, do STJ, sobre o tema: Racismo na realidade do processo penal”.
- Formação de líderes de equipes de fiscalização.

- “II Simpósio políticas judiciárias na socioeducação”.
- “1º Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”, realizado em parceria entre a EJEJ e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- “III Encontro Nacional das Bibliotecas do Poder Judiciário - Enabijud”, com o tema “Da inteligência humana à artificial: a transformação das bibliotecas jurídicas na defesa da informação confiável”.
- “VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário - Arquivos Permanentes: Preservação, Acesso e Difusão”.
- Seminário “A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, promovido pela Emajs em parceria com a Esaprom-BH, no dia 3 de outubro de 2024.
- Participação no Seminário “Tecnologias disruptivas e segurança jurídica na era da IA Generativa”, realizado pelo Copedem em Brasília, no dia 14 de outubro de 2024.
- “8ª Expojud”, realizada em Brasília, em novembro de 2024, com participação institucional da EJEJ — por meio da DIRDEP e da DIRGED — em estande voltado à divulgação de seus serviços educacionais e soluções tecnológicas para desenvolvimento de pessoas e gestão da informação documental.
- Participação nos LVII, LVIII, LIX, LX e LXI Encontros do Copedem, realizados em Recife-PE; Chapada dos Guimarães-MT, Porto Velho-RO, Vitória-ES e em Curitiba-PR.
- “I Congresso de Inovação e Inteligência Artificial no Judiciário”, em Foz do Iguaçu, promovido pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), realizado nos dias 15 a 17 de janeiro de 2025.
- “1º Congresso STJ da 2ª Instância Federal e Estadual”, realizado em Brasília, nos dias 8 e 9 de setembro de 2025.
- “I Congresso de Inovação e Inteligência Artificial no Judiciário - STJ Brasil e STJ Portugal”, em Brasília, no dia 10 de setembro de 2025.
- Seminário “Direito, Economia e Crédito”, em São Paulo, no dia 5 de dezembro de 2025, promovido pela FGV Direito Rio.
- Realização do “63º Encontro do Copedem”, sediado pela EJEJ/TJMG, nos dias 23 e 24 de abril de 2026, em Belo Horizonte.
- Participação nos “Encontros da Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura – Renejum”, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2025, em Curitiba-PR, e nos dias 11 e 12 de junho de 2026, em Recife-PE.

# Anexo II

## Anexo II

### Fotos



Foto 1: Primeira reunião do Comitê Técnico da EJEJ, em nova composição.



Foto 2: Membros do Comitê Técnico com a equipe de gestores da DIRDEP e DIRGED.



Foto 3: Sede provisória da EJEJ na Rua Manaus, n. 467, bairro Santa Efigênia.



Foto 4: A nova sede da EJEJ: “Edifício Presidente Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira”, na Avenida dos Andradas, nº 644, no Centro de Belo Horizonte.



Foto 5: “Sucessão por competências”: escolhidas em processo seletivo pioneiro, novas gestoras da Escola Judicial entram em exercício.



Foto 6: Reunião de trabalho com coordenação dos Núcleos Regionais da EJEF para fortalecer a formação de magistrados e servidores no interior de Minas Gerais. Da esquerda para a direita: o diretor da DIRGED, Thiago Doro; o diretor da DIRDEP, Iácones Batista Vargas; o Segundo Vice-Presidente e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna, e o Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, Dr. Thiago Grazziane Gandra.



**Foto 7: Cerimônia de instalação do Núcleo Regional da EJEF em Barbacena, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Mendes Pimentel. Da esquerda para a direita: diretor da DIRDEP, Iácones Batista Vargas; Juiz Marcos Alves de Andrade; Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, Dr. Thiago Grazziane Gandra; Getúlio Costa Melo; Segundo Vice-Presidente e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna; Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada; Terceiro Vice-Presidente, Desembargador Rogério Medeiros; Desembargador Caetano Levi; Juiz José Carlos dos Santos, e diretor da DIRGED, Thiago Doro.**



**Foto 8: Todos os Núcleos Regionais da EJEF receberam ações educacionais da EJEF durante o biênio 2024-2026.**



**Foto 9: Encontros formativos nos Núcleos Regionais aproximam a EJEJ de quem trabalha nas comarcas do interior. Na foto, atividade em Montes Claros.**



**Foto 10: Encontros dos Núcleos Regionais da EJEJ: atividade na Comarca de Montes Claros.**



Foto 11: Desembargador Saulo Versiani Penna na abertura do 63º Copedem.



Foto 12: Foto oficial do 63º Copedem.



**Foto 13 – Congresso “Tecnologia, inteligência artificial e inovação no Poder Judiciário” – Mesa de honra, da esquerda para a direita: Superintendente Administrativo, Desembargador Vicente Oliveira; Desembargador Vallisney de Souza Oliveira; Vice-Corregedora de Justiça, Desembargadora Kárin Emmerich; Terceiro-Vice Presidente, Desembargador Rogério Medeiros; Segundo-Vice Presidente e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna; Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; Primeiro-Vice Presidente, Desembargador Marcos Lincoln dos Santos; Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Estevão Luchesi de Carvalho; Desembargador André Leite Praça; Promotor Daniel Ardisson, e Presidente da Amagis, Juíza Rosimere Couto.**

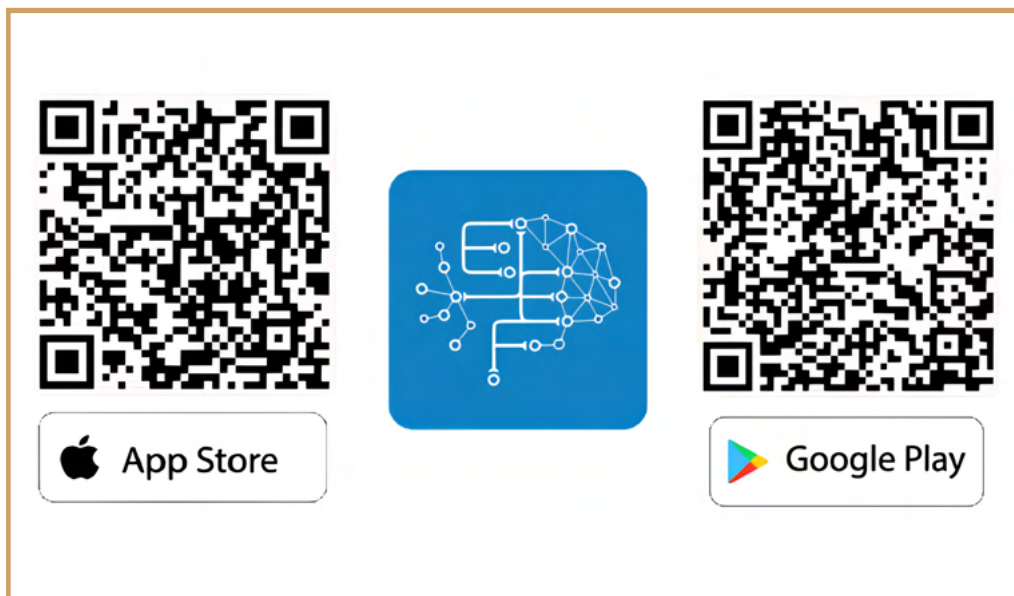


Foto 14: Tela inicial do "Minha EJEJ" e QR Code para instalação.



Foto 15: Tela inicial do Sistema de Gestão Acadêmica (Siga).



Foto 16: Jefinho.



Foto 17: Prêmio Inovação do Poder Judiciário 2025, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - 2º lugar na categoria "Tecnologia Judicial Inovadora: Ideias Inovadoras".



**Foto 18: Seminário de Encerramento da Pós-graduação *latu sensu* em Gestão Pública Judiciária - pessoas, eficiência e inovação. Da esquerda para a direita: diretor da DIRGED, Thiago Doro; Desembargadora Juliana Campos Horta de Andrade, integrante do Comitê técnico da EJEJ; Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, Coordenador da Pós-graduação *latu sensu* em Gestão Pública Judiciária da EJEJ; Desembargador Paulo Calmon Nogueira da Gama, presidente do Colegiado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da EJEJ, e diretor da DIRDEP, Iácones Batista Vargas.**



**Foto 19: Alunos comemoraram aprovação após o Seminário de Encerramento da Pós-graduação *latu sensu* em Gestão Pública Judiciária - pessoas, eficiência e inovação.**



**Foto 20: Palestra “Diálogos Institucionais sobre Mestrado e Doutorado”, a EJEJ e a PUC Minas celebraram parceria para oferta de cursos de mestrado e doutorado. Da esquerda para a direita: Desembargador Henrique Abi-Ackel Torres; professor doutor Martinho Campolina Rebello Horta; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna; Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; Desembargador José Américo Martins da Costa; professor doutor Luís Flávio Saporì, e Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.**



**Foto 21: Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, Dr. Thiago Grazziane Gandra; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna; Professor Doutor Luís Flávio Saporì; e Professor Doutor Martinho Campolina Rebello Horta, durante a aula inaugural das turmas de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais, realizadas em parceria entre a EJEJ e a PUC Minas.**



Foto 22: EJEJ promove seminário sobre Mestrado Profissional em Direito e fortalece integração entre Judiciário e academia.



Foto 23: O diretor da Microsoft Carlos Teixeira, o presidente do Copedem e diretor-geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), Desembargador Marco Villas Boas, o Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna e o Juiz Marcelo Piragibe, durante o Seminário Internacional “Perspectivas contemporâneas da inteligência artificial no Sistema Judicial, no Direito e nos negócios”, realizado em Nova Iorque.



Foto 24: Seminário Internacional “Diálogo de Cortes: a complementaridade jurídica entre a ordem normativa brasileira e internacional”, com a presença de juízes da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional.



Foto 25: Seminário Internacional “Diálogo de Cortes”: Juiz Abdulqawi Yusuf (Somália) proferiu palestra sobre o tema “A Corte Internacional de Justiça como garantia dos direitos humanos”.



Foto 26: Seminário Internacional “Diálogo de Cortes” realizado no auditório do Tribunal Pleno e transmitido *on-line*.



Foto 27: Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; ex-juíza do Tribunal Penal Internacional, Sylvia Steiner; Desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza, integrante do Comitê Técnico da EJEF; e o Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna.



Foto 28: Palácio da Paz, sede da Corte Internacional de Justiça, na Haia.



Foto 29: Foto oficial da Missão Acadêmica e Institucional da EJEF/TJMG na Corte Internacional de Justiça.



Foto 30: Seminário Acadêmico realizado na sede do Tribunal Penal Internacional, na Haia.



Foto 31: A delegação acadêmica e institucional do TJMG/EJEF no Tribunal Penal Internacional, na Haia.



Foto 32: Academia de Direito Internacional da Haia.



Foto 33: Reunião acadêmica-institucional na residência do Embaixador do Brasil na Haia.



Foto 34: A Ministra do TSE, Edilene Lobo; a professora da *Sapienza Università di Roma*, Paola Chirulli; o Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna; a Presidente do STM, Ministra Elizabeth Rocha, e o Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira, no “I Seminário Internacional Brasil-Itália: Justiça Global, Estado Ecosocial e Ultratecnologização”, organizado pela *Sapienza Università di Roma*.



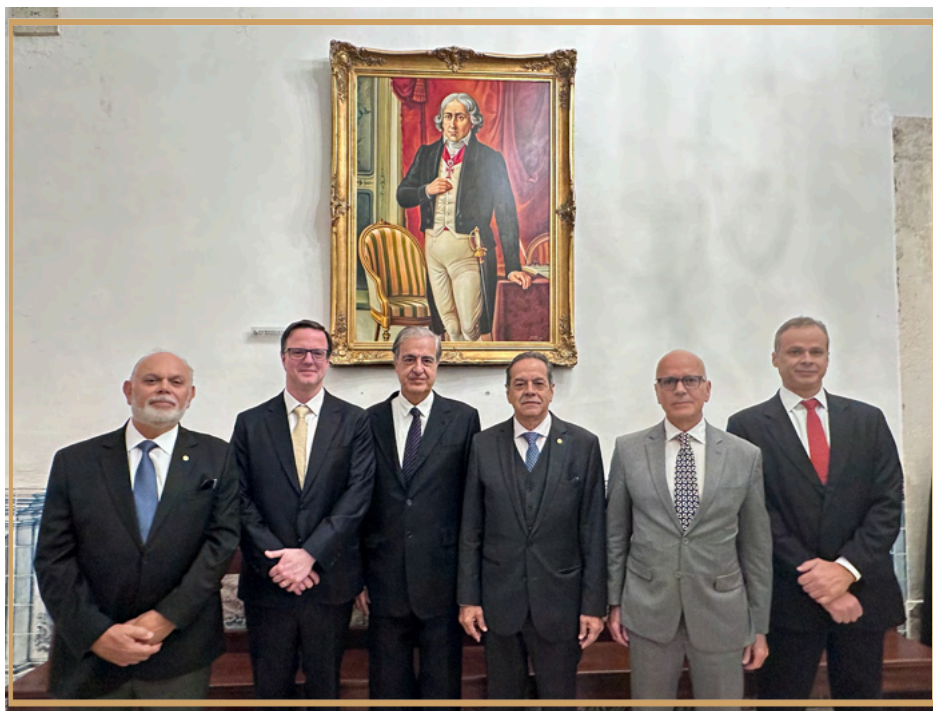
Foto 35: Delegação institucional e acadêmica do TJMG/EJEJ, em foto oficial com o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor João Nuno Calvão da Silva, e o Professor Doutor Ibsen Noronha (ambos ao centro), além de estudantes da Universidade.



**Foto 36:** Delegação institucional e acadêmica do TJMG/EJEF, em frente à Reitoria da Universidade de Coimbra, acompanhada pelo Professor Doutor Ibsen Noronha e estudantes da Universidade.



**Foto 37:** Palestra do Professor Doutor Ibsen Noronha, a respeito da história da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e sua ligação com a história de Minas Gerais, na Sala do Conselho.



**Foto 38: Delegação institucional e acadêmica do TJMG / EJEJ em foto sob o retrato do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, estando na comitiva seu descendente direto, Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, durante o “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”.**



1290  
FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO

## ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

**Colóquio Luso-Brasileiro**  
"Administração da Justiça"  
4-5 de Maio de 2026  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
Capela do Colégio da Santíssima Trindade

---

**Segunda-feira, 4 de Maio**

**Abertura: 14:30**  
Subdirectora da FDUC – Doutora Margarida Costa Andrade  
Vice-Presidente do TJ-MG – Desembargador Saulo Versiani Penna

**15:00 - 1ª Mesa: Moderador:** Desembargador Saulo Versiani Penna  
Doutor Paulo Mota Pinto: «*Justiça Constitucional em Portugal*»  
Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira: «*O Devido Processo e o Futuro da Administração da Justiça*»  
Doutor Ibsen Noronha: «*Opvs Iustitiae Pax*»

**16:15 - 2ª Mesa: Moderador:** Desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues  
Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada: «*O magistrado como gestor da estrutura administrativa do Judiciário Brasileiro*»  
Doutor José Casalta Nabais: «*O sistema de justiça português*»  
Doutora Ana Raquel Moniz: «*Os limites da jurisdição: da justiça constitucional em especial*»

---

**Terça-feira, 5 de Maio**

**9:15 - 1ª Mesa: Moderador:** Doutor Eric Pestre  
Desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo: «*O Federalismo no Poder Judiciário Brasileiro Nacional: o caso do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)*»  
Doutor Diogo Perfeito Dias Ferreira: «*Nótuas sobre a Administração da Justiça no Estado Novo Corporativo*»  
Doutor Gabriel José de Orleans e Bragança: «*Ativismo Judicial na Administração da Justiça*»

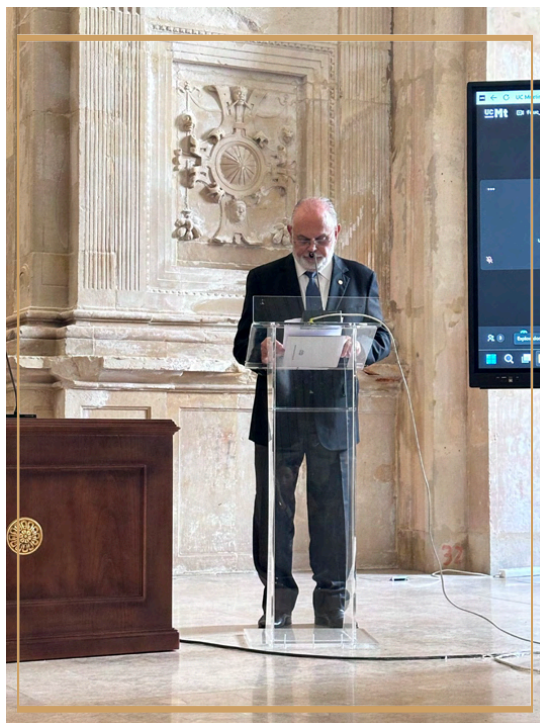
**10:45 - 2ª Mesa: Moderador:** Doutor Ibsen Noronha  
Desembargador Saulo Versiani Penna: «*A Escola Judicial e sua responsabilidade para a adequada e eficaz prestação jurisdicional*»  
Desembargador Maurício Pinto Ferreira: «*A importância da Escola Judicial na preparação do magistrado para atuar de forma adequada no foro criminal*»  
Doutor António Vieira Cura: «*A formação dos juizes em Portugal e a especialização dos tribunais*»

**12:00 - Encerramento**  
Vice-Presidente do TJ-MG, Desembargador Saulo Versiani Penna  
Director da FDUC – Doutor Pedro Costa Gonçalves

Foto 39: Folder de divulgação do "Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia" na Faculdade de Direito de Coimbra.



**Foto 40: Professora Doutora Margarida Costa Andrade, Vice-Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na abertura do “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”.**



**Foto 41: Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna, na abertura do “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”.**



Foto 42: Público de operadores de direito, professores e alunos assistem à programação do “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”.



Foto 43: Primeira mesa, do primeiro dia, do “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”. Da esquerda para a direita: Professor Doutor Ibsen Noronha; Professor Doutor Paulo Mota Pinto; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna, e Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira.



**Foto 44: Segunda mesa, do primeiro dia, do Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia. Da esquerda para a direita: Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador Marcelo Rodrigues e Professor Doutor José Casalta Nabais.**



**Foto 45: Primeira mesa, do segundo dia, do Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia. Da esquerda para a direita: Professor Doutor Diogo Perfeito Dias Ferreira, Professor Doutor Eric Pestre, Desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo e Professor Doutor Gabriel José de Orleans e Bragança.**



**Foto 46: Segunda mesa, do segundo dia, do Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia. Da esquerda para a direita: Professor Doutor António Vieira Cura; Professor Doutor Ibsen Noronha; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna, e Professor Doutor Eric Pestre.**



**Foto 47: Mesa de encerramento do “Seminário Conjunto do Fórum Permanente de Direito na Lusofonia”, realizado em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Da esquerda para a direita: Professor Doutor Pedro Costa Gonçalves, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Professor Doutor António Vieira Cura; Professor Doutor Ibsen Noronha; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna, e Professor Doutor Eric Pestre.**



Foto 48: Delegação da Missão Institucional e Acadêmica em Portugal, em frente à entrada do Centro de Estudos Judiciários – CEJ, em Lisboa, Portugal.



Foto 49: A delegação da Missão Institucional e Acadêmica em Portugal é recebida pelo Juiz Desembargador Edgar Lopes, Diretor do Centro de Estudos Judiciários – CEJ / Portugal, para reunião.



Foto 50: A delegação da Missão Institucional e Acadêmica em Portugal é recebida pelo Juiz Desembargador Edgar Lopes, Diretor do Centro de Estudos Judiciários – CEJ / Portugal, para reunião.



Foto 51: Instalações do Centro de Estudos Judiciários – CEJ, Lisboa, Portugal.



Foto 52: Turma de auditores de justiça em sala de aula, no Centro de Estudos Judiciários – CEJ, Lisboa, Portugal.



Foto 53: Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna, em momento que apresenta a EJEF e a formação dos magistrados no Brasil e, especialmente em Minas Gerais, para os auditores de justiça portugueses em formação, no Centro de Estudos Judiciários – CEJ, Lisboa, Portugal.



Foto 54: A Delegação da Missão Institucional e Acadêmica em Portugal é recebida pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, e pelo Vice-Presidente do Instituto de Direito Brasileiro, Professor Doutor Jorge Silva Santos, na sala de reunião da Diretoria da faculdade.



Foto 55: Da esquerda para a direita: Professor Doutor Raimundo Melo; Desembargador Oliveira Firmo; Vice-Presidente do Instituto de Direito Brasileiro, Professor Doutor Jorge Silva Santos; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna; Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, e Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira.



Foto 56: Vice-Presidente do Instituto de Direito Brasileiro, Professor Doutor Jorge Silva Santos, e Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna: ajustes para renovação do acordo de cooperação técnica celebrado entre o TJMG e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



Foto 57: Servidores da EJEJ em reunião, na sala da Superintendência.



Foto 58: O seminário sobre “Direito, Economia e Crédito”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas - Direito, no Rio de Janeiro, reuniu magistrados, advogados, economistas e acadêmicos.



Foto 59: Curso “O Direito no espelho das artes”, promovido pela EJEJ em parceria com a Emajs/Amagis



Foto 60: 14º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - CFI, com duas turmas, formou mais de uma centena de novos magistrados para o TJMG.



Foto 61: Palestras no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG marca a formação dos magistrados mineiros no 14º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos – CFI.



**Foto 62: Da esquerda para a direita: Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna; Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; Desembargador Jadir Silva e Desembargador Fernando Galvão, ambos do TJMMG. Acordo é celebrado para permitir acesso de magistrados e servidores do TJMMG ao acervo da Biblioteca Digital do TJMG.**

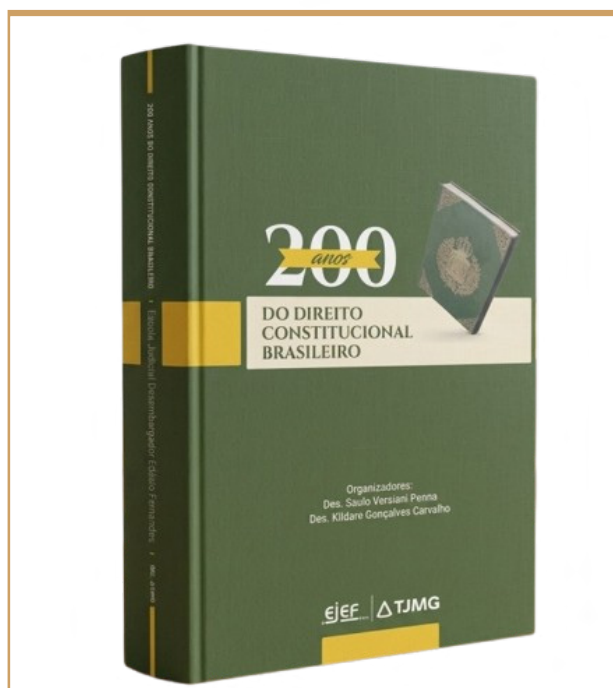


Foto 63: Livro "200 anos do Direito Constitucional brasileiro".

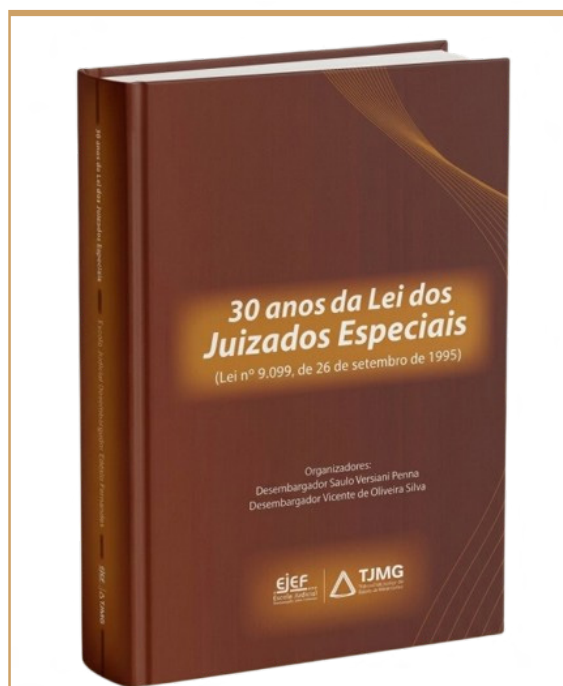


Foto 64: Livro "30 anos da Lei dos Juizados Especiais".



Foto 65: Livro “Duas décadas da Lei de Recuperação Judicial e Falências: avanços e desafios”.

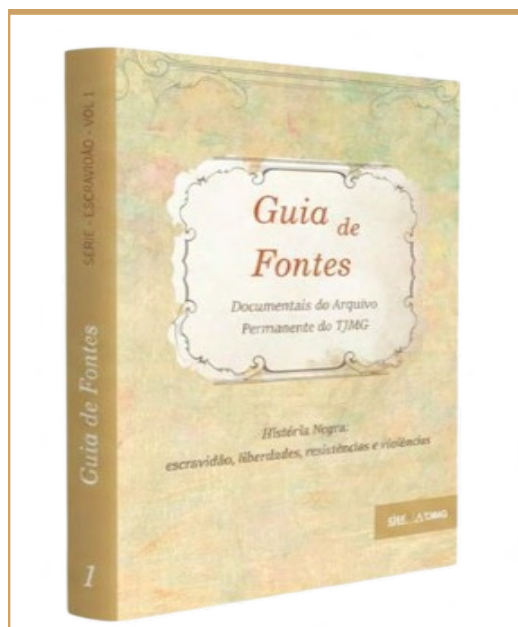


Foto 66: Livro “Guia de Fontes: documentos do arquivo permanente do TJMG”

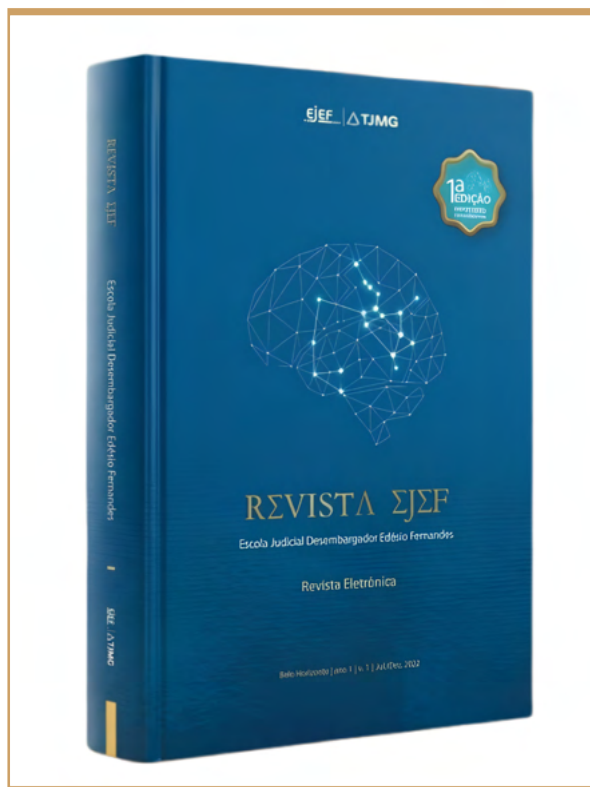


Foto 67: Revista EJEJ



Foto 68: Cerimônia de premiação do I Concurso de Artigos Jurídicos da EJEf. Da esquerda para a direita: Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; Desembargador Marcelo Milagres; e Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEf, Desembargador Saulo Versiani Penna.



Foto 69: Da esquerda para a direita: Secretário Marcelo Aro; Deputado Tadeu Leite; Presidente do TJMG, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEf, Desembargador Saulo Versiani Penna, e Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema.



Foto 70: Cerimônia da 6ª Edição do Prêmio Inovação J.Ex – 2025.  
Da esquerda para a direita: Thiago Doro, Dr. Thiago Grazziane Gandra e Maurício Lacerda.



Foto 71: Cerimônia do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário (2026).

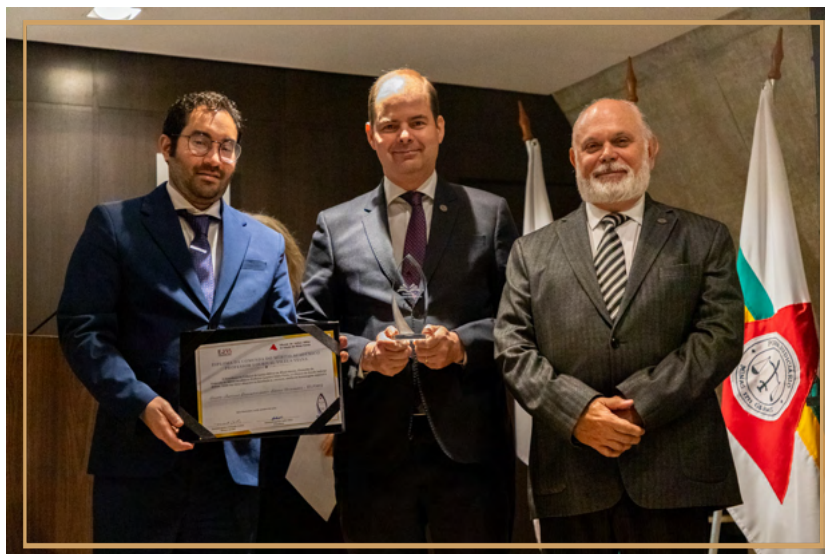


Foto 72: Outorga da Comenda do Mérito Acadêmico, pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça Militar (TJM-MG), em reconhecimento da atividade de excelência desempenhada pela EJEF.



Foto 73: Aula Magna na PUC Minas, ministrada pelo Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Saulo Versiani Penna. Da esquerda para a direita: Professor Alberico Alves da Silva Filho, Professora Wilba Lúcia Maia Bernardes, Desembargador Saulo Versiani Penna, Professora Cintia Garabini Lages e Nívea Rossi Mendes de Almeida.



Foto 74: Superintendente Adjunto da EJEJ, Desembargador Maurício Pinto Ferreira, no lançamento de obra na Enfam, em Brasília



Foto 75: Superintendente Adjunto da EJEJ, Desembargador Maurício Pinto Ferreira; Ministro Afrânio Vilela e Ministro Benedito Gonçalves, ambos do STJ; Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJ, Desembargador Saulo Versiani Penna; e Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, Dr. Thiago Gandra, durante a solenidade de posse do Ministro Benedito Gonçalves como Diretor-Geral da Enfam.



Foto 76: Embaixador do Brasil na Haia recebe a obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, produzida pela EJEJ.



Foto 77: Obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, produzida pela EJEJ, é doada ao acervo da Biblioteca do Tribunal Penal Internacional, na Haia.



Foto 78: Obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, produzida pela EJEF, é doada ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



Foto 79: Obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, produzida pela EJEF, é doada ao acervo da Biblioteca da Universidade de Coimbra.



Foto 80: Obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, produzida pela EJEJ, é doada ao acervo da Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários - CEJ, em Lisboa, Portugal.



Foto 81: Obra “200 anos do Direito Constitucional brasileiro”, produzida pela EJEJ, é doada ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

# Anexo III

**Anexo III**

**Programa de Gestão do Desembargador Saulo Versiani Penna**

2<sup>A</sup> VICE-PRESIDÊNCIA  
TJMG  
PROJETO DE GESTÃO



do candidato

**SAULO VERSIANI PENNA**

**SUMÁRIO**

Introdução	5
1. Normatização	6
2. ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	7
3. Integração com as Escolas Judiciais Brasileiras	9
4. Implementação do Plano de Desenvolvimento Anual - PDA	10
5. Parcerias Público-Privadas Nacionais e Internacionais	13
6. Racionalização / Remodelação de ações	14
6.1. Escola de Governo	14
6.2. Cursos de pós-graduação	15
6.3. Racionalização de ações	15
6.3.1. Estagiários	15
6.3.2. Concursos públicos	15
6.3.3. Múltiplas ações e atividades	16
6.3.4. Publicações e Revista da EJEJ	16
6.3.5. Prestação de contas	16
6.3.6. Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos - CEJ	17
Currículo / contato	17

## INTRODUÇÃO

Cara amiga / Caro amigo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais,

A Escola Judicial Mineira, conhecida nacionalmente como EJEJ – Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes –, tem sua gênese no Centro de Estudos Judiciários de Portugal, em Lisboa. Entretanto, como sabido, a ideia inicial, que teve por meta a criação de uma escola da magistratura mineira, ampliou o seu horizonte para o objetivo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Essa modificação estrutural, sem dúvida, revela a necessidade de preparação e constante capacitação, não somente de magistrados, mas também de servidores do Judiciário, como corolário lógico da responsabilidade do tribunal em sempre melhorar a prestação jurisdicional, como também em atender com eficiência a todos que procuram a função estatal judicial, em estrita obediência à ordem constitucional e legal.

Imbuído, portanto, desse propósito de aliar a tradição, baseada em trabalho de décadas de respeitabilidade da Escola Judicial, à necessidade de adaptação às crescentes demandas decorrentes das legítimas ações de afirmação da cidadania é que peço licença para apresentar algumas propostas de administração da escola judicial, sem jamais esquecer da regra principiológica da impessoalidade no trato da coisa pública.

## 1. NORMATIZAÇÃO

### ***Necessidade de consolidação sistêmica dos atos normativos que regem a EJEF.***

A EJEF detém uma estrutura normativa administrativa que precisa ser sempre revista, atualizada, sistematizada, e, quanto possível, consolidada, a fim de que possua maior acessibilidade, tanto para consulta como para proposição de eventuais alterações.

Não se desconhece a dinâmica natural dos atos de regulamentação, para rápido atendimento do interesse público, a evitar a solução de continuidade do serviço. Entretanto, a eficiência do serviço público passa obrigatoriamente pelo conhecimento e facilidade de acesso com que magistrados, servidores, colaboradores e a população em geral venham a ter quanto à ordem jurídica respectiva.

Por isso, a consolidação sistêmica de resoluções e portarias é algo que me parece imprescindível na atualidade.

## 2. ENFAM – ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

***Maior aproximação institucional da EJEJ com a ENFAM; Representação efetiva da EJEJ na ENFAM por intermédio de magistrados e/ou magistradas de nosso Tribunal.***

A ENFAM, criada pela EC 45/2004, é órgão do Poder Judiciário, funcionando junto ao Superior Tribunal de Justiça, e possui natureza de escola de governo, nos termos do artigo 39, parágrafo segundo, da Constituição Federal<sup>1</sup>, cabendo, dentre outras atribuições, “habilitar, autorizar e fiscalizar cursos oficiais para ingresso, vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura”<sup>2</sup>.

E como lhe é de responsabilidade a definição das “diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados”<sup>3</sup>, cabe à EJEJ maior aproximação institucional com a ENFAM, conforme, aliás, encontra-se previsto na Resolução ENFAM n. 1, de 1º de março de 2023, que instituiu a Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura.

Torna-se, portanto, necessário, especialmente por ser a mais antiga e tradicional Escola Judicial estadual brasileira, que a EJEJ tenha representação efetiva na ENFAM, por intermédio de magistrados e/ou magistradas do nosso tribunal.

À evidência, isto permitirá que a EJEJ, a par de tomar conhecimento de imediato das ações da ENFAM, apresente demandas, dificuldades, soluções e contribua para o aperfeiçoamento de suas atividades, observadas as peculiaridades inerentes do Tribunal de Justiça Mineiro e da sua extensão jurisdicional.

Ademais, o próprio nome atribuído à ENFAM, que homenageia com razão o pioneirismo e a visão vanguardista do saudoso Ministro mineiro Sálvio de Figueiredo Teixeira, indica que a EJEJ merece elevado protagonismo nacional.



<sup>1</sup> Regimento Interno da ENFAM - Art. 1º

<sup>2</sup> Regimento Interno da ENFAM - Art. 3º

<sup>3</sup> Regimento Interno da ENFAM - Art. 2º

### 3. INTEGRAÇÃO COM AS ESCOLAS JUDICIAIS BRASILEIRAS

***Constante integração com as demais Escolas Judiciais, para troca de experiências mútuas.***

O conhecimento, em qualquer atividade humana, passa obrigatoriamente pela experiência adquirida. Esse conhecimento, obtido durante anos pelo exercício da prática, precisa muito ser aproveitado e replicado, guardadas, por óbvio, as diferenças próprias das pessoas, regiões e/ou entes personalizados.

É por isso que a Escola Judicial deve proporcionar e se dispor à constante integração com as demais Escolas Judiciais, observar suas diretrizes, suas funções e resultados.

Para tanto, além de eventos públicos específicos, há que se tornar rotina a troca de conhecimento administrativo e pedagógico, com reuniões temáticas estabelecidas em calendário elaborado em conjunto com maior número possível de escolas, mediante prévia e geral publicidade.

O conhecimento das práticas das demais escolas, além de trazer a melhor visão para administração interna da EJEJ, permite que cada vez mais nosso educandário judicial siga em contexto de política pública nacional.

#### 4. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ANUAL - PDA

***Implementação do PDA;***

***Oferecimento de cursos, observadas as diretrizes da ENFAM, de acordo com as necessidades do TJMG;***

***Acompanhamento das ações educacionais, com a necessária colheita e adequada divulgação de seus resultados;***

***Escolha de docentes de acordo com sua capacitação e área de atuação específica, para a composição do Banco de Docentes da EJEF.***

O Plano de Desenvolvimento Anual - PDA 2024 já foi apresentado pela atual gestão de forma técnica e profissional, e, portanto, deve ser implementado por imperativo legal, para se evitar impedimento indesejado no serviço público educacional. Aliás, o que dele consta servirá de base para inclusão orçamentária de rubrica específica, de acordo, inclusive, com que estabelece atos normativos do CNJ<sup>1</sup>.

E não se desconhece que a ENFAM estabelece diretrizes obrigatórias para a Escola Judicial quanto à formação e aperfeiçoamento de magistrados, especificamente em relação ao oferecimento de cursos no desenvolvimento de competências profissionais, sempre observadas as diversas áreas de atuação judiciária.

Todavia, esses cursos e ações educacionais pressupõem diagnóstico pomenorizado das necessidades deste E. Tribunal, o que demanda fiscalização e orientação contínua.

Além disso, os objetivos traçados para as ações educacionais devem ser acompanhados da colheita de resultados, com sua consequente divulgação. E os cursos e ações educacionais necessitam estar voltados para a prestação jurisdicional e para a melhoria efetiva dos serviços judiciais.

Nesse contexto, os docentes deverão ser escolhidos de acordo com sua capacitação de formadores, experiência profissional comprovada para a área específica de atuação e constarem de relação prévia divulgada, para depois fazerem parte de registro próprio da escola (Banco de docentes).

A regionalização / descentralização educacional é outro aspecto do PDA que merece especial atenção, como também a educação à distância, pela capilaridade que proporcionam e economia, notadamente em nosso Estado de grande dimensão territorial.

Em relação às temáticas de formação e capacitação, não restam dúvidas de que devem ser cumpridas e ampliadas, não apenas quanto à prática administrativa dos atos procedimentais judiciais, como também pelos estudos de casos concretos, divulgação de precedentes vinculantes, aprofundamento de pesquisa e discussões doutrinárias, orientação continuada da atividade típica jurisdicional e suas consequências sociais e econômicas.

Por sinal, em relação aos “macrodesafios” do TJMG, surge como pressuposto de cumprimento eficaz dos eixos temáticos o estudo da “deontologia profissional”.

Ademais, sem esquecer a importância e necessidade de outras ações, há que se estabelecer forte comprometimento da escola na formação de conciliadores. Para além do procedimento de mediação, que se faz com melhor aproveitamento no âmbito extrajudicial, a conciliação profissional é meio que busca a verdadeira pacificação social, além de evitar litigiosidade predatória, com ganho econômico em todos os sentidos.



<sup>1</sup> Resolução CNJ 159/2012 - Art. 7º  
Resolução CNJ 192/2014 - Art. 20.

## 5. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

***Estabelecimento de convênios com universidades, faculdades, instituições de ensino e cultura, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros; Parcerias com escolas da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e AMAGIS (Associação dos Magistrados Mineiros).***

Como o conhecimento passa a ser transmitido mediante relações sociais, dos bons exemplos, práticas inovadoras e de experiências, as parcerias institucionais são instrumentos de incremento administrativo, em especial de atividade pedagógica.

Portanto, os convênios serão incentivados com as universidades, faculdades, instituições de ensino e cultura, sempre com interlocução com órgãos públicos, privados e necessária orientação do CNJ.

Também não se pode esquecer que a Escola Judicial precisa estabelecer parcerias com as escolas da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e AMAGIS (Associação dos Magistrados Mineiros), em virtude da notória respeitabilidade das entidades associativas e sua inegável contribuição para o engrandecimento da magistratura.

## 6. RACIONALIZAÇÃO / REMODELAÇÃO DE AÇÕES

***Avanço da EJEF como Escola de Governo, com incremento dos cursos de pós-graduação 'lato sensu' e aprovação de mestrado e doutorado profissionais junto à CAPES;***

***Retomada do processo seletivo de estagiários;***

***Análise e preparação de concursos públicos;***

***Racionalização das múltiplas ações que competem à EJEF para além de sua atuação como Escola Judicial;***

***Incremento dos periódicos da EJEF, com estruturação técnica de coordenadoria e conselho editorial;***

***Prestação de contas semestrais, e***

***Centro de Estudos Jurídicos - CEJ.***

### 6.1. Escola de Governo

A EJEF tornou-se oficialmente escola de governo (Resolução 4.690/2021), o que permite o reconhecimento nacional das suas certificações, a possibilidade de acordos e cooperação com outros educandários, a estruturação de grupos de pesquisa e o oferecimento de pós-graduação. No entanto, é necessário avançar, notadamente com cursos de pós-graduação, tanto em relação à modalidade *lato sensu*, quanto a *stricto sensu*.

E para que isto seja efetivado, cumpre primeiro proceder-se à remodelação normativa da estrutura organizacional da escola, com previsão própria regimental, com estabelecimento de coordenadorias acadêmicas específicas exercidas, principalmente, por magistrados.

## **6.2. Cursos de pós-graduação**

Os cursos de pós-graduação deverão ter cunho eminentemente profissional e voltados para o exercício da judicatura e/ou afeitos às áreas próprias de atuação administrativa judicial. Portanto, também necessária aprovação do mestrado e doutorado profissionais junto a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que representará ganho institucional, significará marco positivo para melhor capacitação de magistrados/servidores e reafirmará ainda mais a posição da EJEJF no cenário educacional nacional.

## **6.3. Racionalização de ações**

### **6.3.1. Estagiários**

Impõe-se a retomada do processo seletivo e preparação de estagiários. É indiscutível o auxílio dos estagiários nos diversos setores do Tribunal, em especial nos gabinetes de magistrados. Além disto, a EJEJF e o Tribunal, em assim procedendo, colaboram com o setor educacional e com a mais adequada preparação dos futuros profissionais.

### **6.3.2. Concursos públicos**

Há que se ter uma visão detalhada extremamente cuidadosa em relação aos concursos públicos, sempre observadas as regras legais e normativas nacionais e devem ser preparados com antecedência, tão logo verificada sua necessidade, e com rigor de calendário publicizado.

### **6.3.3. Múltiplas ações e atividades**

É fácil perceber que a EJEJ é muito demandada, o que, se por um lado, indica sua respeitabilidade em atender os diversos setores do Tribunal, isso traz dificuldades de administração, cria impacto no cumprimento de metas e do próprio PDA. Em razão disso, se faz necessária análise criteriosa das múltiplas ações, que precisam receber tratamento técnico e consentâneo com a real finalidade da escola.

### **6.3.4. Publicações e Revista da EJEJ**

Não obstante as publicações seriadas da Escola venham sendo realizadas com categoria, não apenas de informação e cultura, como também de maneira científica, sempre há necessidade de avançar na qualidade de sua conformação editorial como de conteúdo publicado, a fim de se alcançar um padrão e categoria próprios de periódicos dos melhores educandários e de editoração nacional / internacional.

### **6.3.5. Prestação de contas**

Serão prestadas contas semestralmente, conforme era feito quando estive no exercício da 3ª Vice Presidência.

### **6.3.6. Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos - CEJ**

Durante o biênio 2022/2024, eu tive a honra de exercer a coordenação do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos - CEJ, por indicação do e. Des. Renato Luís Dresch – 2º Vice-Presidente e Superintendente da EJEJ, ocasião em que foram tratados diversos temas de caráter jurídico e, também, no âmbito da transversalidade.

Anexo, relatório das atividades desenvolvidas no CEJ nesse período.

Pretende-se nomear Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos - CEJ, de acordo com a previsão normativa da Escola Judicial, que terá autonomia para pautar assuntos de interesse institucional e trazê-los à reflexão e discussão pelos Desembargadores, Assessores e Servidores desta Casa de Justiça.

#### **CURRÍCULO**

Anexo, a título de informação, segue currículo do candidato.

Para maior esclarecimento, segue link da base de dados lattes: <http://lattes.cnpq.br/4646420354893075>

#### **CONTATO**

e-mail: [gab.versianipenna@tjmg.jus.br](mailto:gab.versianipenna@tjmg.jus.br)  
telefone: 3232 2570

# Anexo IV

## Anexo IV

### **Mensagem do Superintendente Adjunto: a transformação da EJEJ por meio de uma visão vivida e construída**

Na condição de Superintendente Adjunto ao Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Desembargador Saulo Versiani Penna, Superintendente Titular da EJEJ, tenho a honra de registrar a visão que vi sendo construída ao longo desta caminhada junto à Escola Judicial, acompanhando de perto uma das mais importantes transformações institucionais que testemunhei em minha trajetória no Poder Judiciário.

Particpei da comissão de transição da EJEJ em um momento em que ainda havia inúmeros desafios a serem enfrentados. Recebíamos uma escola que possuía enorme potencial, mas que ainda necessitava de estruturação, regulamentação, expansão e modernização para alcançar a dimensão de uma verdadeira escola de governo. Havia muito trabalho pela frente, e foi justamente nesse cenário que iniciamos uma jornada marcada por planejamento, dedicação, coragem institucional e compromisso com o futuro.

Ao longo desse período, pudemos implementar importantes medidas estruturantes. Trabalhamos na elaboração de nova normativa regulamentando iniciativas e ações institucionais; promovemos inúmeras reuniões com o Comitê Técnico; estruturamos debates internos; incentivamos a criação e execução de cursos; regulamentamos os polos regionais; buscamos melhores condições de funcionamento para cada unidade regional vinculada à Escola; fortalecemos a interiorização da EJEJ e aproximamos a instituição de magistrados, servidores e da própria sociedade mineira.

Acompanhei, com profundo orgulho, a transformação da antiga escola voltada apenas e tão somente ao público interno de magistrados e servidores em uma verdadeira escola de governo, moderna, dinâmica, aberta ao conhecimento, à inovação e às grandes transformações contemporâneas do Direito e da Administração Pública.

A EJEJ passou a ultrapassar os limites de Minas Gerais. Tornou-se referência nacional. Visitamos outras escolas judiciais, compartilhamos experiências, levamos conhecimento e, ao mesmo tempo, aprendemos com grandes instituições. A Escola passou a ser vista como pioneira por diversos tribunais brasileiros. Tivemos a satisfação de estabelecer convênios internacionais, inclusive com a Corte Internacional de Justiça, oportunidade em que fomos extremamente bem recebidos e deixamos registrada a nossa produção institucional e acadêmica.

Também participamos de eventos internacionais, congressos em Portugal, congressos internacionais de Direito realizados no próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sempre elevando o nome da EJEJ e do TJMG a patamares de absoluto reconhecimento acadêmico e institucional.

Além disso, tivemos a honra de receber na EJEJ diversas palestras ministradas por Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Iniciamos esse importante ciclo acadêmico com a presença do Ministro Afrânio Vilela e, depois, do Ministro Benedito Gonçalves, então Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, e, a cada início de semestre letivo, trouxemos ao nosso Plenário grandes Ministros, que realizaram palestras memoráveis, de elevadíssimo conteúdo jurídico, institucional e humano. Foram encontros enriquecedores, que elevaram ainda mais o nível acadêmico da EJEJ e proporcionaram momentos de aprendizado absolutamente inesquecíveis.

Também tivemos um momento único e extremamente importante no plenário do nosso Tribunal de Justiça, com a presença de juizes da Corte Internacional de Justiça, em um evento de altíssimo nível institucional e acadêmico. Para mim, pessoalmente, esses momentos representam passagens profundamente marcantes e inesquecíveis da minha vida institucional e da minha trajetória no Poder Judiciário.

Fico particularmente honrado pelos inúmeros reconhecimentos conquistados pela Escola junto ao Conselho Nacional de Justiça e junto ao próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Premiações relacionadas à gestão, eliminação de processos, inovação, modernização e implementação de ferramentas tecnológicas demonstraram que estávamos no caminho correto. A implantação e expansão do uso da inteligência artificial dentro das perspectivas institucionais da Escola revelam o compromisso permanente com o futuro e com a modernização responsável do Poder Judiciário Mineiro.

Outro ponto extremamente marcante foi o avanço acadêmico alcançado pela Instituição. Implantamos projetos de pós-graduação que já se encontram em pleno funcionamento; avançamos nos projetos de mestrado e doutorado; estruturamos caminhos para novos programas de pós-graduação *stricto sensu*; ampliamos significativamente o número de cursos e oportunidades acadêmicas oferecidas. A Escola deixou de ser apenas um espaço de capacitação pontual para se tornar efetivamente um centro permanente de produção de conhecimento, formação continuada e excelência institucional.

Tenho especial orgulho de ter acompanhado a expansão da EJEJ para todo o interior de Minas Gerais. Visitamos uma a uma as unidades regionais ligadas à Escola Judicial, fortalecendo os polos regionais, ouvindo magistrados, servidores e colaboradores, compreendendo as realidades locais e buscando levar estrutura, apoio e presença institucional. Essa aproximação foi fundamental para consolidar a EJEJ como uma escola verdadeiramente integrada a todos os magistrados e servidores das Minas Gerais.

Também não poderia deixar de registrar a dedicação extraordinária das Diretorias, especialmente das áreas de Gestão de Pessoas e Gestão Documental, bem como o comprometimento de todos os servidores da Escola. Desde aquele que desempenha a menor missão até aquele que possui as maiores responsabilidades, encontrei profissionais extremamente comprometidos, íntegros, unidos e absolutamente dedicados ao fortalecimento da Instituição.

Faço aqui um reconhecimento especial ao Desembargador Saulo Versiani Penna, cuja liderança, visão institucional e espírito público foram fundamentais para essa transformação. Registro também meu agradecimento ao Dr. Thiago Gandra, ao Dr. Iácones, ao Dr. Thiago Doro, à servidora Gina, à servidora Sônia e a todos os servidores que participaram dessa caminhada, contribuindo diariamente para que a EJEJ alcançasse o elevado patamar em que hoje se encontra.

Posso afirmar, sem receio: a EJEJ que recebemos estava em uma rota ainda em construção e conseguimos colocá-la sobre trilhos sólidos, modernos e seguros.

A comparação é pertinente. Penso que transformamos essa Escola em um verdadeiro “trem-bala” institucional. Um trem-bala preparado para continuar avançando, inovando, expandindo horizontes e realizando novas viagens rumo ao futuro.

A nova administração encontrará uma Escola absolutamente estruturada, respeitada nacionalmente, reconhecida por Tribunais de todo o país e já com portas abertas para importantes instituições nacionais e internacionais. Encontrará também uma Escola preparada para novos desafios, inclusive instalada em um prédio moderno, adequado e compatível com a grandeza do projeto construído.

Fico profundamente honrado por ter participado, ainda que como coadjuvante, dessa transformação histórica. Trata-se de uma passagem da minha vida institucional que jamais esquecerei.

Saio com o sentimento de gratidão, orgulho e dever cumprido, certo de que a EJEJ continuará crescendo, inovando, formando pessoas, produzindo conhecimento e honrando o nome do Tribunal de Justiça de Minas Gerais perante o Brasil e perante a comunidade jurídica internacional.

**Desembargador Maurício Pinto Ferreira**

Superintendente Adjunto da EJEJ

# Anexo V

## Anexo V

### Mensagem do Juiz Auxiliar: gratidão e responsabilidade

Encerrar um ciclo é sempre uma oportunidade de olhar para trás com gratidão e para frente com responsabilidade.

Integrar a equipe da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, como Juiz Auxiliar na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, foi, para mim, uma experiência transformadora. Dedico sincero agradecimento ao Des. Saulo Versiani Penna e ao Des. Maurício Pinto Ferreira, assim como a todos os que compõem, com dedicação cotidiana, o trabalho da EJEJF.

O biênio 2024–2026 foi de realizações expressivas. A aprovação da nova regulamentação e da nova estrutura da EJEJF, por meio das Resoluções nº 1.080/2024 e nº 1.137/2026, conferiu à Escola bases mais sólidas para crescer como instituição de excelência na formação de magistrados e servidores. Para além de centenas de eventos formativos, com grandes nomes do Direito brasileiro, condizentes com a grandeza da EJEJF, destaco como realizações marcantes da gestão a institucionalização de cinco cursos perenes de pós-graduação *lato sensu* e o lançamento e início da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em parceria com a PUC Minas. Também, com alegria, a aprovação pela Capes dos cursos de mestrado interinstitucional com a UFOP e com a UFMG, que serão realizados, respectivamente, em Ipatinga e em Montes Claros, confirmando a vocação para a interiorização e para a criação de oportunidades para todos os servidores e magistrados do Poder Judiciário mineiro.

Na DIRGED, os resultados falam por si: nota máxima nos Prêmios CNJ de Qualidade de 2024 e 2025, a implementação do RDC-Arq, a certificação da *Revista EJEJF* no estrato B1 do *Qualis Capes/MEC* e uma gestão documental que gerou economia de recursos, sustentabilidade e eficiência para toda a Instituição, com sucesso reconhecido em premiações nacionais.

Há, contudo, algo que vai além dos números: a certeza de que a EJEJF é uma Escola viva, que aprende enquanto ensina. É exatamente essa vocação, de aprendizado permanente, que deve nos guiar.

O futuro da EJEJF é uma responsabilidade compartilhada, a ser construída por todos, docentes e discentes, servidores e gestores, mantendo sua vocação de escola de formação profissional, sem abrir mão de sua interlocução com a academia e fornecendo o instrumental necessário para a qualificação de magistrados e servidores. Que, para cada magistrado e servidor mineiro, a EJEJF se fortaleça como o que já é: não apenas espaço de capacitação técnica, mas lugar de formação humana e institucional.

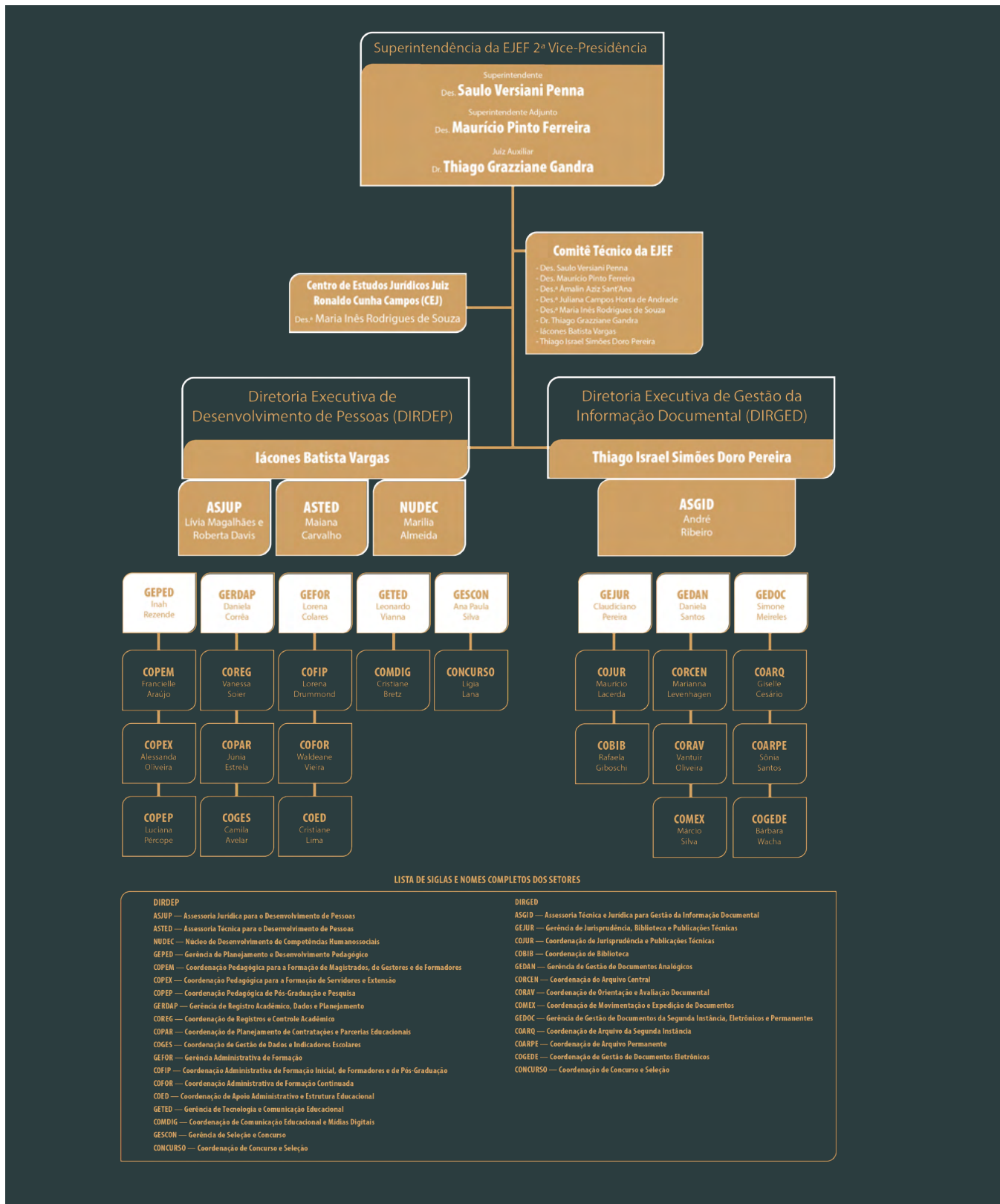
**Thiago Grazziane Gandra**

Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência

# Anexo VI

## Anexo VI

### Organograma da EJEJ



# Anexo VII

## Anexo VII

### Atos Normativos da EJEF

#### I. ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. **Resolução nº 1.137/2026:** Dispõe sobre a estrutura organizacional e o funcionamento das Diretorias Executivas que compõem a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
2. **Resolução nº 1.080/2024:** Institui o Regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
3. **Portaria nº 204/2VP/2024:** Dispõe sobre os Núcleos Regionais da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
4. **Portaria nº 201/2VP/2024:** Designa magistrados para representarem a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM e ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
5. **Portaria nº 192/2VP/2024:** Delega competência ao Juiz Auxiliar da 2ª Vice Presidência e dá outras providências.
6. **Portaria nº 6.647/PR/2024:** Designa desembargador para a função de Superintendente-Adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, desembargadora para a função de Coordenadora do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos e magistrados para integrarem o Comitê Técnico da EJEF.
7. **Portaria nº 6.627/PR/2024:** Convoca Juiz de Direito para auxiliar os trabalhos da Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
8. **Portaria nº 185/2VP/2024:** Designa integrantes do Colegiado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisas da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, de que trata a Portaria da Segunda Vice-Presidência nº 177, de 28 de junho de 2023.
9. **Resolução nº 1.124/2025:** Institui, no âmbito da Segunda Vice-Presidência, as Galerias de Retratos dos Ex-Superintendentes e dos Ex-Diretores-Executivos da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
10. **Portaria nº 148/2VP/2021:** Dispõe sobre o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.
11. **Portaria nº 99/2VP/2017:** Institui e regulamenta a utilização do logotipo da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.
12. **Portaria nº 57/2011:** Institui a Medalha do Mérito Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

## II. DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

13. **Portaria nº 220/2VP/2025:** Regulamenta o acesso e a permanência de servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG aos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais realizados pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, às vagas custeadas pelo TJMG.
14. **Portaria nº 227/2VP/2026:** Designa a Coordenadora da Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Civil realizada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
15. **Portaria nº 215/2VP/2025:** Designa a Coordenadora da Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público realizada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
16. **Portaria nº 214/2VP/2025:** Designa o Coordenador da Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil: os impactos da virada tecnológica na gestão dos procedimentos cíveis e na promoção dos direitos fundamentais realizada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
17. **Portaria nº 209/2VP/2025:** Disciplina os itinerários formativos dos programas de formação e aperfeiçoamento de magistrados, de servidores e de gestores e do Programa de Estágio, todos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, desenvolvidos pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
18. **Resolução nº 1095/2025:** Constitui Comissão de Concurso incumbida das providências necessárias à organização e à realização do concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto da carreira da magistratura do Estado de Minas Gerais.
19. **Portaria nº 197/2VP/2024:** Designa a Coordenadora do Banco de Docentes da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
20. **Portaria nº 196/2VP/2024:** Dispõe sobre o Banco de Docentes da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
21. **Portaria nº 193/2VP/2024:** Designa o Coordenador do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Judiciária - Pessoas, eficiência e inovação realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
22. **Portaria nº 177/2VP/2023:** Dispõe sobre o regulamento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisas da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
23. **Portaria nº 179/2VP/2023:** Designa o Coordenador do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Jurisdição Penal e Criminologia Contemporânea realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
24. **Portaria Conjunta nº 1.409/2022:** Regulamenta as ações educacionais promovidas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.
25. **Portaria Conjunta nº 879/2019:** Dispõe sobre a atuação e a retribuição financeira de docentes nas ações educacionais promovidas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.

### III. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

26. **Portaria Conjunta nº 888/PR/2019:** Dispõe sobre normas gerais de administração das obras que compõem o acervo bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
27. **Portaria nº 6629/PR/2024:** Designa os integrantes da Comissão de Divulgação da Jurisprudência de que trata a alínea "c" do inciso IX do art. 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
28. **Portaria nº 171/2VP/2023:** Dispõe sobre a editoração de produção intelectual técnico-jurídica que guarde identidade com o interesse institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, regulamenta a publicação de artigos jurídicos e revoga os dispositivos que menciona.
29. **Portaria nº 164/2VP/2022:** Regulamenta a editoração da Revista EJEJ.
30. **Portaria nº 64/2012:** Estabelece normas para desenvolvimento e avaliação dos acervos das bibliotecas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
31. **Portaria nº 108/2VP/2018:** Institui o Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

### IV. GESTÃO DOCUMENTAL

32. **Portaria nº 6646/PR/2024:** Dá nome à Unidade de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
33. **Resolução nº 749/2013:** Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
34. **Resolução nº 731/2013:** Regulamenta o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
35. **Portaria Conjunta nº 728/PR/2018:** Institui a Política de Manutenção de Documentos Eletrônicos no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.
36. **Portaria Conjunta nº 616/PR/2017:** Dispõe sobre a locação de imóvel para armazenamento de documentos de arquivo ou guarda de bens apreendidos no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.
37. **Portaria Conjunta nº 131/2008:** Institui o Manual de Gestão dos Documentos Administrativos da Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
38. **Portaria nº 162/2VP/2022:** Institui o Manual de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
39. **Portaria nº 6915/PR/2024:** Dispõe sobre a Comissão Técnica de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
40. **Recomendação Conjunta nº 1/2ªVP/CGJ/2015:** Dispõe sobre a destinação dos Títulos de Crédito acautelados em cofre nas Secretarias de Juízo.

#### V. ARQUIVOS CORRENTE E INTERMEDIÁRIO

41. **Portaria Conjunta nº 1448/PR/2023:** Regulamenta o acesso, por terceiros interessados, aos processos judiciais findos tramitados no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
42. **Portaria Conjunta nº 27/CGJ/2019:** Disciplina o destino dos autos dos agravos de instrumento no âmbito das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais.
43. **Portaria Conjunta nº 796/PR/2018:** Disciplina a transferência de processos judiciais para o Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
44. **Portaria Conjunta nº 417/PR/2015:** Institui Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - PCTT dos documentos administrativos da justiça de primeiro e de segundo grau do Estado de Minas Gerais.
45. **Portaria Conjunta nº 330/2014:** Institui Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - PCTT dos processos judiciais da justiça de primeiro e segundo grau do Estado de Minas Gerais.
46. **Aviso Conjunto nº 2/CGJ/2019:** Avisa sobre os procedimentos afetos à separação e ao envio de processos judiciais para avaliação documental.

#### VIII. ARQUIVO PERMANENTE

47. **Portaria Conjunta nº 6/2VP/2022:** Atualiza a regulamentação do marcador "Tema Relevante" para documentos e processos indicados à guarda permanente e revoga a Portaria Conjunta nº 5/2VP/2018, de 5 de setembro de 2018.
48. **Portaria nº 154/2VP/2022:** Regulamenta o funcionamento da Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e revoga a Portaria nº 111 da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, de 7 de junho de 2018.
49. **Aviso Conjunto nº 01/2VP/CGJ/2018:** Aviso aos Juízes Diretores de Foro sobre a transferência e cessão de documentos administrativos e /ou judiciais produzidos no âmbito institucional para instituições de ensino e pesquisa, museus públicos ou entidades oficiais assemelhadas.

Acesse a página atualizada de Atos Normativos da EJEF para consultar a íntegra das normas:

**<https://ejef.tjmg.jus.br/atos-normativos>**



EJEF |  TJMG